

06 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Presos provisórios somam 34% nas cadeias e custam R\$ 6,4 bi por ano

“  
A inconsistência na aplicação das leis dá sensação de seletividade ou conveniência política das decisões

FÁBIO SÁ E SILVA  
ex-coordenador do departamento penitenciário do Ministério da Justiça

Detentos que são mantidos atrás das grades sem sentença definitiva passam de 221 mil no Brasil

## Prisões têm 221 mil provisórios; cada um custa R\$ 2.400 por mês

Despesa mensal de manutenção de tornozeleira eletrônica é de R\$ 300, segundo ministério

'Nem todas as prisões são desnecessárias, mas boa parte delas provavelmente é', diz conselheiro do CNJ

CONTINUA

FERNANDA MENA  
DE SÃO PAULO

O ex-ministro José Dirceu, que obteve liberdade provisória na última terça-feira (2) mediante uso de tornozeleira eletrônica, era apenas um dos mais de 221 mil presos provisórios do país, que custam aos cofres públicos quase R\$ 6,4 bilhões ao ano.

Mantidos atrás das grades antes de sentença definitiva, os presos provisórios representam ao menos um terço (34%) da massa carcerária brasileira, segundo levantamento de janeiro do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

No montante há quem está atrás das grades sem nunca ter sido julgado, mas também uma minoria que, como Dirceu, foi condenada em primeiro grau e aguarda recurso na segunda instância.

No último balanço do Departamento Penitenciário do governo federal, de 2014, havia 250 mil presos sem condenação em qualquer instância.

Cada preso custa, em média, R\$ 2.400 por mês aos cofres públicos —valor superior ao piso salarial nacional dos professores (R\$ 2.298,80) e semelhante ao custo anual de um aluno (cerca de R\$ 2.700) no sistema público de ensino.

Já o custo mensal médio de manutenção de uma tornozeleira eletrônica é de R\$ 300, diz o Ministério da Justiça.

De acordo com Rogério Nascimento, conselheiro do CNJ, a proporção de presos provisórios no país está próxima da média da América Latina, de 40%, mas sua distribuição no território nacional é extremamente desigual.

Há Estados em que eles representam mais de 80% dos presos, como no Sergipe. Em outros, como no Distrito Federal, cerca de 20% do total.

Dados do CNJ apontam que 29% dos presos provisórios são acusados de tráfico de drogas, 7% são suspeitos de furto e 4% de receptação.

“São pessoas que não estão respondendo por crimes que envolvem violência direta. Nem todas essas prisões são desnecessárias, mas boa parte delas provavelmente é”, avalia Nascimento.

Para ele, são os encarceramentos desnecessários e a longa duração dos processos que promoveram o atual número de presos provisórios, o que interfere diretamente nos dois maiores problemas do sistema carcerário: a superlotação e a atuação de facções criminosas, das quais os presos provisórios se tornam uma massa de manobra.

O levantamento do conselho mostra que um preso provisório em Pernambuco aguarda, em média, 974 dias pelo primeiro julgamento.

Além da longa espera, pesquisa do Ipea apontou que 37% dos presos provisórios são absolvidos dos crimes quando são julgados.

“A pessoa só deve cumprir pena quando há sentença. Antes disso, só nos casos previstos no Código de Processo Penal”, afirma a defensora pública Máira Coraci Diniz, coordenadora da Divisão de Apoio ao Preso Provisório.

Ela se refere ao artigo 312 do código que descreve as circunstâncias em que a prisão preventiva deve ser aplicada: “como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal [evitar a destruição de provas, por exemplo], ou para assegurar a aplicação da lei penal [evitar uma fuga do país, por exemplo]”.

“A garantia da ordem pública é um conceito muito vago, mas muito usado por promotores e juizes para manter prisões preventivas, sem ônus argumentativo. Muitas vezes são pessoas que não precisavam estar presas”, avalia Fábio Sá e Silva, pesquisador do Ipea e ex-coordenador do Depen (departamento penitenciário do Ministério da Justiça).

Para ele, a “inconsistência na aplicação das leis dá sensação de seletividade ou conveniência política das decisões”. “É um problema estrutural da nossa Justiça.”

## EXCEÇÃO

Cristiano Maronna, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, afirma que a “Constituição deixa claro que a regra é a liberdade durante o processo, e a prisão é a exceção”. “Mas os juizes subvertem essa lógica e tornam a prisão regra e a liberdade exceção, em especial nos crimes de tráfico e roubo.”

Para Diniz, “há um entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal de que réus primários que praticaram crime de tráfico, detidos com pouca quantidade de drogas e sem uso de violência, devem ter medidas cautelares aplicadas no lugar da prisão preventiva”. “Mesmo assim os juizes os mandam para a prisão”, afirma a defensora pública.

Medidas cautelares são aquelas em que a prisão preventiva é substituída por prisão domiciliar, uso de tornozeleira eletrônica ou outras restrições de liberdade externas ao sistema penitenciário.

O juiz Sergio Moro defende a necessidade de prisões preventivas da Lava Jato, por crimes como corrupção, por avaliar que são necessárias até para interromper a atividade criminosa. No caso de Dirceu, a soltura foi determinada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), por 3 votos a 2.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

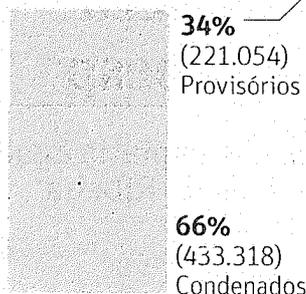
## CONTINUAÇÃO

# 06 MAI 2017

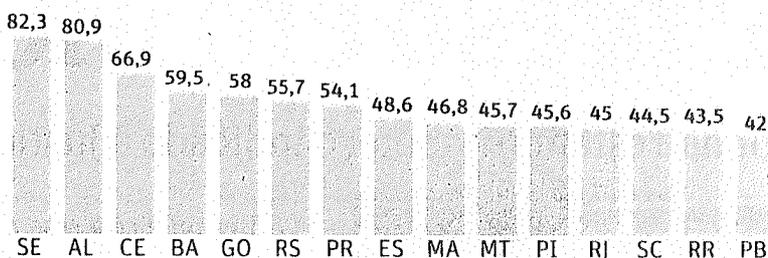
### PRESOS PROVISÓRIOS Um em cada três detentos no Brasil ainda não foram condenados

654.372

é o total de presos no país\*



Percentual de presos provisórios nos Estados



### TIPOS DE PRISÃO PROVISÓRIA



#### Prisão em flagrante

Ocorre quando a pessoa é pega no ato ou logo após o crime. Ela precisa ser apresentada a um juiz em 24 horas, junto a um advogado ou defensor público. O juiz deve soltar o suspeito (quando a prisão for ilegal), converter a prisão em preventiva ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança

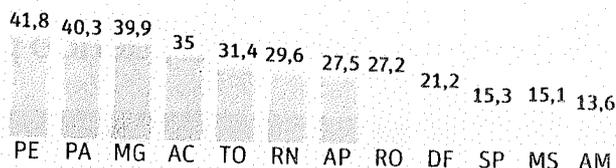
**Prazo:** 24 horas



#### Prisão temporária

Ocorre quando a polícia ou o Ministério Público precisam coletar provas que podem levar à prisão preventiva do suspeito, em especial quando ele não tiver residência fixa, não fornecer dados de identidade ou houver fundadas razões de sua participação no crime\*

**Prazo:** 5 dias, prorrogáveis por mais 5

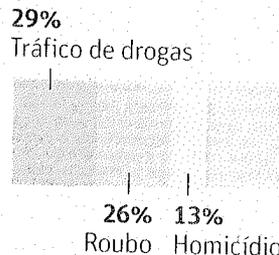


#### Prisão preventiva

Ocorre em qualquer fase da investigação ou da ação penal, quando houver indícios que liguem o suspeito ao delito. É usada para evitar que o réu continue a cometer crimes, atrapalhe o andamento do processo ou fuja

**Prazo:** não tem limite definido

#### Motivo das prisões provisórias no país



\*Em casos de homicídio, sequestro, roubo, estupro, tráfico de drogas ou crimes contra o sistema financeiro  
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (levantamento feito com Tribunais de Justiça em jan.2017)

06 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Corregedor de Justiça para em local proibido, e CET ignora

DE SÃO PAULO

Na tarde desta quinta (4), em Higienópolis, na região central de São Paulo, um carro estacionado em área proibida chamava a atenção por sua placa oficial.

Com brasão do Estado e identificação da Corregedoria Geral da Justiça, o veículo passou imune à fiscalização de um "marronzinho" da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), que apenas avisou o motorista da infração e seguiu seu caminho.

Eram dois os carros parados na esquina das ruas Itacolomi e Piauí, junto a uma placa de trânsito que identifica o término do local proi-

bido para estacionamento.

Se fossem estacionados poucos metros a frente, os veículos do corregedor de Justiça e de seu segurança [que não possui placa especial] não cometeriam a infração que é considerada média, com multa de R\$ 130,16 e quatro pontos na CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

Segundo relato de um leitor da **Folha**, um veículo da CET passou ao lado e alertou os motoristas de que o local é irregular, mas os carros continuaram ali enquanto o corregedor Manoel de Queiroz Pereira Calças almoçava em um bistrô próximo.

O corregedor-geral da Justiça tem entre suas funções a

fiscalização de atividades dos juízes e órgãos judiciários.

#### OUTRO LADO

Em nota, o Tribunal de Justiça de SP afirmou que o corregedor "não tinha conhecimento de que os carros estavam parados no local indicado nas fotos" e "dará encaminhamento aos procedimentos necessários".

Por questões de segurança, diz o TJ-SP, esse tipo de função prevê carro de representação e motoristas, mas "todos são orientados a respeitar as leis de trânsito".

Afirma ainda que, verificada a infração, o caso será apurado pela administração.

A CET informa que veículos de representação de órgãos de Legislativo, Executivo e Judiciário possuem placas especiais, mas "devem cumprir as regras de trânsito estabelecidas pela lei".



Carro do corregedor de Justiça de SP Manoel Pereira Calças estacionado em local proibido

06 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## TOFFOLI MANTÉM BLOG NO AR E REPUDIA CENSURA A SITES JORNALÍSTICOS

Ministro do STF suspendeu decisão de um juiz de Campo Grande que ordenara a retirada de um blog do jornalista Nélio Brandão

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli suspendeu uma ordem de um juiz de Campo Grande (MS) para retirar do ar um blog jornalístico. Em decisão liminar, proferida na quarta (3), o ministro afirma que a liberdade de comunicação também deve valer para blogs e veículos digitais.

O juiz de Direito Paulo Afonso de Oliveira, da 2ª Vara Cível de Campo Grande, acolheu, em 6 de abril, um pedido da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP) para que o “Blog do Nélio”, editado pelo jornalista Nélio Raul Brandão, fosse retirado do ar, sob pena de prisão do profissional.

Jornalista há 28 anos, Brandão foi editor-chefe do extinto “Diário da Serra”, dos Diários Associados, e trabalhou na afiliada local da Rede Globo, a TV Morena. No ano passado, abriu um blog que divulga informações sobre possíveis irregularidades no Estado.

A disputa judicial começou no final de 2016, quando a ASMMP moveu uma ação em defesa de membros do Ministério Público, incluindo o procurador-geral de Justiça do Estado, Paulo Cezar Passos.

A juíza do caso determinou que o blog se abstinisse “de publicar novas matérias relacionadas aos representados que contenham o mesmo teor pejorativo”. A partir daí, a ASMMP passou a alegar que o blog estava descumprindo a ordem, ao publicar outros textos sobre o Ministério Público.

A associação tentou retirar o blog do ar, mas foi derrotada. A juíza Silvia Eliane Tedardi da Silva ordenou a retirada de uma notícia, negando, porém, o pedido de suspensão do domínio de internet.

A entidade então fez um novo pedido, que foi analisado pelo juiz Paulo Afonso de Oliveira, atuando na 2ª Vara Cível. O magistrado entendeu que o blog estava descumprindo a primeira decisão e disse ser “necessário impor a ele limites mais rígidos à sua atuação, a fim de evitar que ele continue a descumprir decisão judicial”.

Os advogados de Nélio Brandão recorreram ao Supremo. Na sua decisão, Toffoli afirmou que a “retirada do domínio eletrônico do ambiente virtual, sob pena de prisão do ora reclamante, resultou em inaceitável prática judicial inibitória e censória da liberdade constitucional de expressão, configurando afronta” a um caso julgado anteriormente pelo STF. (RUBENS VALENTE)

06 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Defesa de Palocci pede a Fachin que turma do STF julgue sua prisão

Após sofrer derrotas em colegiado menor, relator da Lava Jato decidiu levar o caso do ex-ministro para o plenário

**Para advogado de Palocci, só reis e soberanos tomam decisões sem explicar quais foram os motivos**

MÔNICA BERGAMO  
COLUNISTA DA FOLHA  
MARIO CESAR CARVALHO  
DE SÃO PAULO

Os advogados de Antonio Palocci apresentaram na noite de quinta-feira (4) um agravo regimental ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no tribunal, solicitando que o habeas corpus em que pedem a libertação do ex-ministro volte a ser apreciado pela Segunda Turma da corte.

Eles alegam que Fachin não fundamentou sua decisão ao decidir levar o caso ao plenário do Supremo.

A defesa diz que, numa República, toda decisão deve ser explicada e fundamentada, e que só reis têm a liberdade de, num regime imperial, fazer o que quiserem sem dar explicações.

Fachin decidiu levar o habeas corpus ao plenário do STF depois de ter sido voto vencido na segunda turma nos casos do empresário Eike Batista, do pecuarista José Carlos Bumlai, do ex-tesoureiro do Partido Progressista João Cláudio Genu e de José Dirceu. A soltura dos três em menos de uma semana foi um dos maiores revezes da Lava Jato no Supremo.

Os três foram soltos por decisão da maioria dos magistrados desse colegiado. Já Fachin votou pela manutenção da prisão.

Ele pode levar o agravo dos advogados de Palocci à segunda turma, o que seria o caminho natural, ou deixar que o julgamento do habeas corpus comece no plenário do STF para afirmar que o pedido deles está prejudicado, que a questão está superada.

“Houve desrespeito da Constituição porque o juiz natural desse caso é a turma, não o pleno. O ministro também desrespeitou o regime interno do STF, que diz que ele tem de explicar por que está transferindo o julgamento de um caso para o pleno”,

disse o advogado de Palocci, José Roberto Batochio. “Decisão sem explicar os motivos é coisa de rei soberano”.

É duvidosa a eficácia do agravo contra a decisão de Fachin, já que o regimento do Supremo diz no artigo 305 que não cabe recurso quando o relator remete um julgamento para o pleno.

## ENTENDIMENTO

Segundo Batochio, a decisão de Fachin também atropela um entendimento do próprio Supremo, de 2014.

Nesse ano o STF decidiu que os casos da Lava Jato não seriam mais julgados pelo pleno, mas pela segunda turma. Com essa decisão, segundo o advogado, o juiz natural dos presos pela Lava Jato passou a ser a segunda turma, e não mais o pleno.

A segunda turma é presidida por Gilmar Mendes e tem como integrantes Celso de Mello, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Edson Fachin.

Já os julgamentos no plenário envolvem os 11 magistrados do Supremo, embora a presidente da corte, a ministra Carmén Lúcia, não vote.

06 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Moraes nega 'clima ruim' no Supremo

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes disse na tarde desta sexta-feira (5) não ter percebido insatisfação de colegas da 2ª turma do tribunal em relação ao fato de o ministro Edson Fachin ter levado o julgamento do habeas corpus do ex-ministro Antonio Palocci desse colegiado para o plenário do tribunal.

Fachin decidiu repassar o caso de Palocci para o plenário após o pedido do habeas corpus do ex-ministro José Dirceu ter sido julgado procedente na 2ª turma. Fachin e o ministro Celso de Mello votaram pela manutenção da prisão de Dirceu.

Segundo o ministro, a decisão de Fachin "é questão rotineira na história do tribunal". "Há previsão no regimento interno que permite ao relator, dependendo dos casos, afetar a discussão ao plenário do Supremo, principalmente quando o relator verifica que pode haver discrepância de julgamentos em relação às turmas. Seria uma forma de uniformizar a jurisprudência".

"Isso provavelmente foi o que levou o ministro Fachin a levar a questão ao plenário, como tantas outras são levadas a plenário", completou, após evento em SP.

Indagado sobre a discordância de ministros da 2ª Turma do STF quanto à medida adotada por Fachin, Moraes disse que não percebeu tal situação. "Tive sessão quarta e quinta com todos os ministros e não vi nenhuma insatisfação. (FLÁVIO FERREIRA)

# FOLHA DE S. PAULO

JULIANNA SOFIA

06 MAI 2017

## Um foro para Temer

**BRASÍLIA**— O presidente Michel Temer não é investigado na Lava Jato a partir das delações da Odebrecht porque a Procuradoria-Geral da República argumenta que o peemedebista dispõe de “imunidade temporária” e não pode ter atos alheios a seu mandato vasculhados.

Não pode ainda — afirmou, de novo e agora com ênfase, a PGR nesta semana. Rodrigo Janot manifestou-se em um recurso do PSOL, que pede a inclusão do presidente no roteiro da apuração policial. Janot pontuou que o exercício do cargo não constitui “causa extintiva de punibilidade” e, encerrado o mandato, “certamente serão adotadas as providências que se mostrem pertinentes”.

“Não se há de interpretar o dispositivo em análise como cláusula de exclusão de responsabilidade do presidente, pois ele responderá por tais fatos perante a jurisdição competente ao término do mandato.”

Dois delatores da Odebrecht relatam a atuação do peemedebista em uma reunião no seu escritório de São Paulo em 2010, quando teria sido acordada propina para o PMDB. À Lava Jato, a empreiteira apresentou extratos dos pagamentos em paraísos fiscais. Os valores alcançam US\$ 54 milhões.

O Datafolha mostrou que o presidente é não só impopular como 73% dos brasileiros acham que ele teve participação direta nos esquemas de corrupção da Petrobras. O índice supera 60% entre homens e mulheres de todas as regiões, faixas etárias, grupos de renda e escolaridade.

Muita água ainda passará sob a pinguela. Janot deve deixar o cargo em setembro e seu sucessor será escolhido por Temer. O novo PGR poderá ter outro entendimento.

Descartada tal desfaçatez e um milagre eleitoral, o peemedebista não tem chance na corrida de 2018 para garantir foro especial. Restaria a ele ocupar cargo de proa em um governo de aliados para refugiar-se.

Descartado o apadrinhamento, Temer será dissecado pela Lava Jato na primeira instância. Assim como Dilma, Lula e FHC.

06 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Defesa diz a Moro que assessor de Lula quer filmar depoimento

Profissional que atua no Instituto Lula faria imagens de depoimento na quarta (10); juiz ainda não deu resposta

## Ministério Público Federal recomendou que magistrado negue a intenção do petista de realizar a gravação

O advogado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Cristiano Zanin Martins, comunicou nesta sexta (5) ao juiz Sergio Moro que o fotógrafo Ricardo Stuckert, do Instituto Lula, pretende filmar a audiência do dia 10.

Nela, Lula será ouvido por Moro em uma das três ações que responde na Lava Jato, relativa ao triplex em Guarujá (SP).

“A defesa esclarece que pretende realizar a gravação em imagem por meio da câmera ‘Sony EX3’, montada sobre um tripé, com acesso a uma fonte de energia e monitorada por um profissional devidamente habilitado para a função”, disse Zanin Martins, em petição protocolada no processo.

Segundo o advogado, o equipamento será colocado “em local que não venha a comprometer” a audiência e “de forma alguma irá causar qualquer prejuízo para o bom andamento dos trabalhos”.

Antes de fotografar para o Instituto Lula, Stuckert trabalhou para a Presidência durante a gestão do petista.

Na quarta (3), a defesa já tinha dito que as filmagens das audiências, com câmera centrada na pessoa que depõe,

propagam “uma imagem distorcida dos sucessos verificados na audiência, impedindo que sejam avaliadas a postura do juiz, do órgão acusador, dos advogados e de outros agentes envolvidos no ato”.

Eles pediram que o registro fosse modificado, com imagens de todo o recinto e direcionada à pessoa que faz o uso da palavra e disseram que pretendiam gravar a sessão. Em resposta, Moro afirmou que os advogados precisavam esclarecer “como isso seria feito, a fim de evitar perturbações desnecessárias”.

O juiz ainda não se manifestou sobre esse novo comunicado. Em fevereiro, Moro reclamou de gravações feitas durante a audiência em que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi ouvido como testemunha de defesa de Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula.

“O conteúdo da gravação é irrelevante, mas ainda assim trata-se de irregularidade que não deve se repetir. Nenhuma parte tem direito de gravar áudio ou vídeo da audiência sem autorização expressa deste juízo”, disse à época.

## TESTEMUNHO

O Ministério Público Federal recomendou que Moro negue a intenção da defesa do ex-presidente.

O procurador Deltan Dalagnol argumenta que a filmagem fixa no réu tem como

objetivo “registrar o ato de maneira mais fidedigna” e que tomadas abertas poderiam captar conversas sigilosas entre advogados e clientes ou entre membros do MPF. Ele lembra que Lula já depôs em Brasília e não reclamou na ocasião do modo como seu testemunho foi gravado.

Os advogados de Léo Pinheiro, sócio da OAS que é réu na mesma ação que Lula, querem que Moro não permita a filmagem paralela. O empresário negocia delação premiada.

Segundo eles, caso a defesa de Lula filme toda a sala de audiência no dia do depoimento, “certamente causará a exposição desnecessária da imagem de todos os presentes no ato”. (JOSÉ MARQUES E MÔNICA BERGAMO)

06 MAI 2017  
FOLHA DE S. PAULO



Outdoor em Curitiba pró-Lava Jato ironiza a ida de Lula à cidade para depor ao juiz Moro

06 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Idade mínima para aposentadoria das mulheres deve ser menor?

NÃO

## Previdência não é política compensatória

ELENA LANDAU

Não sou especialista em mercado de trabalho e raramente discuto questões de gênero. No entanto, entro agora na polêmica porque não enxergo a Previdência como instrumento de política compensatória de desigualdades. Fosse assim, não haveria sistema previdenciário possível num país como o nosso.

Há quem seja a favor da equiparação por uma questão de coerência. Se mulheres exigem o fim da discriminação no mercado de trabalho, deveriam também defender a igualdade das regras de aposentadoria. Mesmos direitos, mesmos deveres.

Há, contudo, argumentos bem melhores que esse. O principal deles é que a aposentadoria não deve ser vista como mecanismo de ajuste para os desequilíbrios ainda existentes entre profissões, localizações geográficas, cor ou gênero.

Combatê-los requer políticas sociais específicas, principalmente as que são capazes de reduzir barreiras de acesso a oportunidades.

Tive a sorte de crescer numa família em que filhos e filha tiveram as mesmas chances, em especial o acesso à educação, fundamental para a redução de desigualdades, sejam de gênero ou qualquer outra.

Tentar corrigir esses hiatos via aposentadoria só agravará as contas públicas, impedindo uma atua-

ção nas suas causas estruturais. O ciclo vicioso, assim, se perpetuará.

Argumentos em favor da não equiparação da idade mínima em geral se baseiam na jornada dupla —ou tripla— das mulheres, na menor remuneração que recebem pelo mesmo tipo de ocupação e no acesso tardio ao mercado de trabalho por conta da educação dos filhos.

São injustiças que precisam ser mudadas, mas o instrumento para isso não é a aposentadoria precoce.

Estatísticas disponibilizadas pela secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda mostram um quadro mais positivo e permitem avaliar melhor cada um desses argumentos. A idade média de entrada no mercado de trabalho, hoje, é de 23 anos para ambos os sexos.

A taxa de fecundidade caiu para 1,7 filhos, contra 4 nos anos 80. Em 2005, 72% dos homens se consideravam chefe de família; em 2015, esse percentual caiu para 59%.

O rendimento das mulheres ainda é 86% do que recebem os homens, mas isso também vem mudando. Era 78% em 2005.

Entre 16 e 24 anos, faixa de entrada majoritária no mercado de trabalho, o rendimento da mulher é praticamente igual ao do homem. Adicionalmente, os salários das mulheres aproximam-se aos dos homens em

cada faixa etária ao longo do tempo.

Outro argumento importante a favor da equiparação é a expectativa de vida da mulher em relação ao homem. Quando se analisa a Previdência, é necessário olhar mais especificamente para a “expectativa de sobrevivência”, que também é maior para as mulheres, seja qual for a idade mínima (60, 62 ou 65 anos).

A Previdência deve ter uma regra universal para todos os brasileiros e buscar um sistema equilibrado atuarialmente. O que temos hoje é inviável, por isso a necessidade tão urgente de rever as aposentadorias especiais e avançar na harmonização dos regimes.

Mudou a expectativa de vida e mudou também a sociedade. Privilegios não são mais aceitos. O mesmo ocorre na Previdência, mas certamente não se limitando à eliminação das diferenças entre gêneros.

De todo modo, o relatório da reforma aprovado nesta semana ainda prevê idades mínimas distintas para homens e mulheres, com um período de transição por mais 20 anos. Oxalá em 2036 este não seja mais um debate relevante.

ELENA LANDAU, economista e advogada, é sócia do escritório de advocacia Sergio Bermudes. Foi diretora do BNDES de 1994 a 1996 (governo Fernando Henrique Cardoso). Integra o conselho da Eletrobras

CONTINUA

06 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SIM

## Solidariedade social deve guiar benefício

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO

Uma das propostas originais da reforma da Previdência era uniformizar os critérios de acesso à aposentadoria para homens e mulheres.

Essa estratégia, segundo seus defensores, seria uma forma de acabar com um privilégio das mulheres. Tal argumentação, no mínimo desinformada, parte de um pressuposto bastante criticável, implícito aos discursos que enaltecem a meritocracia: o de que não há diferenças relevantes entre os indivíduos.

De acordo com essa visão, homens e mulheres concorrem em pé de igualdade no mercado de trabalho. Não haveria sentido, portanto, em privilegiar um grupo em detrimento do outro.

Nessa perspectiva, tendo em vista a transformação do papel das mulheres nas últimas décadas — com maior liberdade, conquista de direitos e inserção no mercado de trabalho —, permitir que elas se aposentem mais cedo e com menor tempo de contribuição aparenta ser um privilégio de gênero.

O raciocínio, contudo, está equivocado. A Constituição Federal de 1988 levou à Previdência o princípio da solidariedade social, determinando o tratamento diferenciado de segmentos populacionais com

condições desiguais de inserção no mercado de trabalho.

Quase 30 anos depois, esse princípio continua a fazer sentido no caso das mulheres. Estamos ainda muito longe de vivenciar uma situação real de igualdade de gênero no mercado de trabalho. Vejamos algumas estatísticas.

Em 2015, de acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 91% das mulheres ocupadas declararam realizar tarefas domésticas e de cuidados, enquanto os homens nessa categoria eram 53%.

Isso significa que 91% das mulheres possuem ao menos dupla jornada: se inseriram no mercado, mas continuam, em grande parte, a desempenhar sozinhas as tarefas domésticas e de cuidados no âmbito de suas famílias — sejam como mães, avós ou filhas.

No entanto, “tarefas domésticas e de cuidados no âmbito de suas famílias” não remuneram, não contam para a aposentadoria e tampouco para o incremento da produtividade e do salário — muito pelo contrário.

Falando nisso, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais de 2015, cerca de 40% das mulheres ocupadas estavam vinculadas a atividades que são extensão das “tarefas domésticas e de cuida-

dos no âmbito de suas famílias”, como educação infantil, serviços sociais e serviços domésticos.

Apesar da evidente importância, essas atividades são de baixa remuneração, altamente sujeitas à informalidade.

A desigualdade salarial ainda é alarmante. Segundo a Pnad 2015, mesmo em atividades que são extensão das “tarefas domésticas e de cuidados no âmbito de suas famílias”, as mulheres recebem, na média, cerca de 68% dos rendimentos dos homens.

E por que as mulheres, na média, ganham menos? Porque ainda permanecem condições estruturais, especialmente sociais e culturais, que restringem a sua participação, quantitativa e qualitativamente, no mercado de trabalho.

Assim, suplantando o princípio de solidariedade social da Previdência, tentando igualar a idade mínima de homens e mulheres, em nada reflete a desigualdade de gênero observada ainda em 2017.

E pior: pode contribuir para o seu aprofundamento.

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO, doutora em economia das instituições e do desenvolvimento pela USP, é professora de ciências econômicas da Universidade Federal do ABC

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça de SP barra obra antisseca da Sabesp

06 MAI 2017

### Projeto captaria água no Vale do Ribeira

A Justiça de São Paulo mandou suspender mais uma obra do governo do Estado que ampliaria o abastecimento de água na região metropolitana da capital. A ação popular contesta as obras da PPP do São Lourenço, que captaria água a partir do Vale do Ribeira para levá-la até os mananciais da Grande São Paulo.

Outra obra, desta vez no lado leste da região metropolitana, também está embargada pela Justiça — essa em torno das represas do Alto Tietê.

No caso do São Lourenço, de acordo com a ação, os estudos ambientais das obras “padecem de erros gravíssimos”, uma vez que levaram em conta a análise dos impactos gerados apenas no ponto de captação, sem considerar as outras bacias hidrográficas que serão afetadas.

Há, segundo o pedido de suspensão, a necessidade de “aferir o impacto que a transposição das águas abarretará à região local de todo o Vale do Ribeira, não apenas ambiental, mas as consequências concretas na vida dos habitantes daquela região”.

Em nota, a Sabesp afirmou que vai recorrer da decisão de obras “essenciais para SP.

# FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

## As turmas do Supremo

Diz a Constituição que o STF tem 11 ministros. Não duas turmas de cinco, com um na presidência do tribunal

07 MAI 2017

**A VEZ** é do Supremo. Não é sua estreia no processo de degradação dos Poderes a partir das respectivas cúpulas. Também não é menos nem mais grave do que os episódios corrosivos que se sucederam no Supremo dos últimos anos.

Em se tratando do Supremo, uma vírgula vadia já é grave. Peculiar nos desgastes do Supremo é que sejam autoinfligidos, sem depender de ação externa, como se passa entre Legislativo e Executivo.

E nas investidas da imprensa contra os dois, pelas transgressões em que ambos se completam. Ressalve-se que, desta vez, Gilmar Mendes não está só, como o vimos de uns dois anos para cá.

Substituto de Teori Zavascki como relator dos casos da Lava Jato, Edson Fachin adotou atitude menos por inspiração no antecessor do que à maneira do juiz Sérgio Moro.

Derrotado nos habeas corpus que deram liberdade parcial a três presos de Curitiba, Fachin retirou dos ministros que o venceram o julgamento do habeas pedido por Antonio Palocci, passando-o ao plenário do tribunal. Nisso, o propósito maior talvez seja o de buscar os que tendem a apoiar seus argumentos, negando liberações por excesso de prisão preventiva ou insuficiência de motivos.

Mas na transferência sobressai também a sugestão de vingança, com o agravo aos companheiros da segunda turma sujeitados a uma acusação implícita, de parcialidade ou de incompetência.

Tal como a vingança de Moro, que, irritado com o número de testemunhas de defesa de Lula, "exigiu" a

presença do acusado nos 87 depoimentos. "Exigência" derrotada, aliás, em decisão rara do Tribunal Regional Federal-4 (do Sul), que tem por norma negar os recursos contra atos de Moro tidos como impróprios ou ilegais. A transferência feita por Fachin, porém, não foi irregular. Nem excepcional.

A reação ostensiva e rombuda à sua derrota, pelos votos de Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski, e apoio só de Celso de Mello, foi que deixou no Supremo um rastro deplorável. Tanto mais que, de uma parte, Lewandowski já acompanhara Fachin e Celso de Mello já votara contra ele, em habeas precedentes, assim negando prejulgamentos articulados.

E, de outra parte, Gilmar Mendes não faltou com sua colaboração, em reiterados ataques a procuradores e juizes, com alcance ao relator. O problema se armou, e está armado.

O primeiro efeito da decisão de Fachin recaiu sobre o próprio Supremo. Mais do que pela encrenca em si, pela anomalia que está na sua origem encoberta.

A persistência de Fachin contra as liberações parciais de presos da Lava Jato vem de entendimentos da primeira turma de julgamento, da qual fez parte até passar à segunda para substituir Teori. A possibilidade, por exemplo, de habeas corpus para réu já condenado em primeira instância é admitida na segunda turma, a dos ministros citados.

Não pela maioria da primeira, de Marco Aurélio Mello, Luiz Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux e Alexandre de Moraes. E assim em outras

divergências das duas turmas.

Diz a Constituição que o Supremo é integrado por 11 ministros. Não por duas turmas de cinco, com um integrante na presidência do tribunal.

Mesmo quando a decisão é unânime, portanto, os cinco votos de uma turma não representam a maioria do Supremo. É uma sentença por minoria, até por apenas 3 (a 2) dos 11 juizes que na Constituição configuram o Supremo.

O contrassenso, no entanto, continua. Para pior: a sorte e sua falta podem ser mais decisivas para muitos réus do que as altas razões jurídicas. Se o pedido de habeas corpus de um condenado em primeira instância, ou um preso de Sérgio Moro, cair na primeira turma, sua margem de êxito é mínima, se existir. Caso a sorte o entregue à segunda turma, é improvável que não vá a uma pizzeria logo mais. Nos dois casos, diz-se que o Supremo decidiu. Igual injustiça com a sorte e o azar como autores do destino.

E vem muito, muito mais por aí.

07 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Rever o foro

**Convém reduzir o número de autoridades julgadas pelo STF, mas medida não garante fim da impunidade nem pode ser instituída de forma açodada**

Poucas iniciativas recentes do Legislativo brasileiro parecem encontrar respaldo popular tão amplo quanto a aprovação pelo Senado, em primeiro turno, do fim da prerrogativa de foro para quase todas as autoridades públicas.

A confirmar-se a decisão, apenas o presidente da República e os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal estariam protegidos, se acusados de crimes comuns, de passar por julgamento em primeira instância.

Atualmente, mal se sabe o número exato dos que, em função das prerrogativas de seus cargos, só podem enfrentar processos desse tipo em tribunais superiores. Seriam, estima-se, mais de 30 mil.

Tal arranjo, sem paralelo entre os países mais conhecidos, naturalmente soa como mais um exemplo da célebre síndrome brasileira pela qual o próprio Estado divide os cidadãos entre os de primeira e aqueles de segunda classe.

Há que tomar cuidado, entretanto, com o clima de entusiasmo geral diante do fim do foro privilegiado —do qual curiosamente participam, aliás, alguns dos próprios membros do Congresso.

Existem explicações plausíveis para tão surpreendente atitude. Conforme a Lava Jato avança no Supremo Tribunal Federal, alterações na regra do foro privilegiado podem abrir a oportunidade para mais delongas processuais, reme-

tendo-se o que já está encaminhado a um novo ponto de partida.

Quaisquer mudanças na norma deveriam, portanto, ser adotadas paulatinamente, sem prejuízo para o andamento das ações em curso.

Do ponto de vista da opinião pública, o apoio ou o repúdio a julgamentos em primeira instância tende a variar conforme o momento.

Quando se julgava o mensalão no STF, sob a relatoria implacável do ministro Joaquim Barbosa, era expressivo o movimento dos que se opunham a retirar os processos da corte —cujas sentenças não dão margem a recursos.

Hoje, a figura do juiz Sergio Moro alimenta a expectativa talvez ilusória de que, em qualquer vara criminal do país, o mesmo rigor punitivo se exerça contra políticos, sem empecilhos como pressões locais e estruturas deficientes.

Também deve ser levado em conta que, além dos presidentes dos Poderes, seria adequado que governadores e ministros de Estado continuassem, pela dimensão de seus cargos, a salvo de eventuais investidas arbitrárias de juízes de primeira instância.

Ressalvas feitas, a diminuição do número dos contemplados pela norma se faz, de fato, necessária.

A atribuição básica do Supremo, de guardião da constitucionalidade, parece ter-se desviado, nos últimos tempos, rumo ao exame de casos criminais para os quais o órgão não está aparelhado.

O congestionamento da corte eleva, sim, o risco de impunidade e, portanto, há que ser enfrentado. Haverá tempo e oportunidade, no Senado e na Câmara, para que se debata em profundidade a melhor forma de fazê-lo.

# Caos, o deus da desordem, manda sinais

*Eremildo é um idiota supersticioso. Ele desconfia que o deus Caos, príncipe da desordem, está mandando sinais para os brasileiros.*

*Na tarde de quarta-feira a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal mandou soltar o comissário José Dirceu, condenado a 32 anos de cadeia. Ele estava trancado no Complexo Médico Penal de Pinhais, onde era guardado por agentes penitenciários.*

*Horas depois, em Brasília, dezenas de agentes penitenciários, alguns deles armados, invadiram dependências da Câmara, estouraram duas bombas e obrigaram os deputados a adiar uma sessão que discutia a reforma da Previdência.*

*Na Câmara, a Comissão de Se-*

**Os black blocs e os manos da grande desordem amparada pelo andar de cima andam de farda ou usam gravata**

*gurança Pública aprovou o projeto que concede anistia aos policiais militares que se amotinaram em fevereiro no Espírito Santo. Quando Vitória ficou entregue à bandidagem, apareceram radicais de ocasião com o discurso da lei e da ordem. Oportunismo, pois todos os motins anteriores acabaram em anistias, com os radicais fingindo que não prestam atenção. A última anistia, para os envolvidos em motins em 19 Estados, foi aprovada pelo Congresso e vetada por Dilma Rousseff.*

*Em junho, durante o governo de Temer, o veto foi derrubado e a anistia, promulgada. Ninguém deu um pio.*

*Na manhã de quinta-feira a associação dos oficiais da PM de Goiás homenageou com um café da manhã o capitão Augusto Sampaio de Oliveira, que arrebentou a cara de um manifestante durante a greve do dia 28. A conduta do capitão foi registrada, ao vivo e a cores. O ilustre militar nunca foi punido por condutas impróprias, apesar de sua ficha registrar que se envolveu em quatro casos de agressão, inclusive contra menores de idade.*

*A vítima do capitão homenageado passou por duas cirurgias, ficou cinco dias em coma e continua em estado grave.*

### AVISO PRÉVIO

*A decisão do Supremo, facilitando a degola de governadores pelo Superior Tribunal de Justiça, botou alguns governadores na carroça que leva maganos à guilhotina. O mineiro Fernando Pimentel é o primeiro da fila. Atrás dele vem Marcelo Miranda, de Tocantins.*

*Em terceiro lugar, atropelando, está o governador Pezão, com a desgraça do Rio de Janeiro.*

*Já começaram as sondagens para a dispensa de Pezão. No lance o vice Francisco Dornelles renuncia, o presidente da Assembleia, Jorge Picciani, sai da frente e realizam-se eleições em 90 dias.*

### TOGA JUSTA

*A decisão do ministro Edson Fachin de jogar o julgamento do habeas corpus do comissário Antonio Palocci para os 11 ministros do Supremo Tribunal criou uma toga justa no excelso pretório.*

*Pelo menos três ministros acharam que ele fez uma gambiarra canhestra, pois sofreria uma nova derrota na Segunda Turma, onde os votos de Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Lewandowski abriram uma política de celas limpas na Lava Jato. Olhada por outro prisma, Edson Fachin propôs a melhoria da qualidade do julgamento, aumentando o número de cabeças responsáveis pela sentença.*

*Num colegiado onde a soma dos egos ultrapassa a dimensão do universo, entrou-se num parafuso. A defesa de Palocci apresentou um recurso junto à Segunda Turma propondo a derrubada da iniciativa de Fachin, e lá ele está em minoria. Se a trinca que formou a maioria derrubar a proposta, radicaliza-se o clima de feijoada que se instalou no tribunal.*

*Nesse clima, só a entrada de um mágico salvará a harmonia do colegiado.*

# FOLHA DE S. PAULO

## Delações da Odebrecht têm erros e contradições

Para ministro do STF, guerras de versões fragilizam as acusações

**Políticos afirmam que usarão inconsistências em suas defesas; Odebrecht diz que cabe à Justiça avaliar**

THAIS BILENKY  
DE SÃO PAULO

Depoimentos de delatores da Odebrecht e materiais entregues como prova ao Ministério Público Federal contêm erros factuais, contradições e inconsistências.

Políticos ouvidos pela reportagem afirmaram que usarão essas brechas em suas defesas perante a Justiça.

Um ministro do Supremo disse, sob condição de anonimato, que incongruências fragilizam as acusações e que algumas delações terão de ser reanalisadas em órgãos judiciais colegiados.

Segundo ele, “não se pode provar com probabilidades. Prova tem que ser cabal”.

Peças que foram acolhidas pelo ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF, apresentam guerras de versões. As petições contra os governadores do PSDB Marconi Perillo (Goiás) e Geraldo Alckmin (São Paulo) são exemplos disso.

A petição contra o goiano é embasada em quatro delatores que apresentaram três versões distintas. Um deles falou em caixa dois sem apresentar documento para corroborar a acusação.

No caso do paulista, os delatores que fundamentam a petição citam números que contradizem eles próprios: o que está nas planilhas não coincide com seus relatos.

Casos comparáveis ocorrem nas citações a Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, ex-diretor da Dersa (delatores falaram em repasses de valores diferentes), e do ministro Aloysio Nunes Ferreira (divergência de datas).

Já a petição contra os petistas Aloizio Mercadante e Edinho Silva a respeito da campanha ao governo de SP em 2010 é baseada em delações que, além de terem números divergentes, contradizem-se.

Um delator, Benedicto Junior, ex-presidente da construtora Odebrecht, afirma que não teve contato com o então candidato petista, Mercadante, e que o pedido de doação via caixa dois chegou por meio de Carlos Armando Paschoal, então diretor da Odebrecht em São Paulo.

Na versão de Junior, Paschoal teria sido procurado por Silva, apontado como o tesoureiro da campanha — função que não exerceu; ele era coordenador político.

Segundo o ex-presidente da construtora, Paschoal e Silva teriam acertado doação de R\$ 1 milhão, mas que foram pagos efetivamente R\$ 750 mil. “O Carlos entende que o último pagamento não aconteceu por algum motivo que ele não sabe explicar.”

Paschoal, por sua vez, disse que “foram feitos três pagamentos, de R\$ 250 [mil], de R\$ 500 [mil] e R\$ 250 [mil]”. Mas, segundo ele, a doação foi negociada por seu superior. “Benedicto me disse que estava vindo de uma reunião com Mercadante e que havia combinado que a Odebrecht faria uma doação de caixa dois para o candidato no valor de R\$ 1 milhão”, relatou.

### PEÇAS

Em outros casos, as incongruências estão entre o que delatores afirmaram e o que a Procuradoria apresentou.

O inquérito solicitado pela PGR contra Celso Russomanno (PRB-SP) descreve suposta ilicitude na campanha para a Câmara em 2010, mas naquele ano o acusado disputou o governo paulista.

O delator, que não especificou que cargo Russomanno disputava, afirmou que a Odebrecht repassou via caixa dois R\$ 50 mil para ele. Disse que não teve contato com o candidato, mas não soube dizer o nome nem a função da pessoa que o teria procurado.

Na peça contra o governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), a PGR apontou doação de R\$ 400 mil — o dobro do delatado por José Carvalho. O repasse teria sido feito em troca da defesa de um projeto de lei sobre o qual o então deputado Dino não emitiu manifestação e que foi arquivado pouco depois.

A Odebrecht disse que “é de responsabilidade da Justiça a avaliação de relatos”. A PGR não quis se manifestar.

Colaborou DANIELA LIMA,  
editora do “Painel”

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

## 07 MAI 2017

### INCONSISTÊNCIAS NAS DELAÇÕES

Depoimentos de executivos da Odebrecht têm contradições e lacunas



**MARCONI PERILLO**

VERSÃO 1

VERSÃO 2

VERSÃO 3

**Delatores:**

> Fernando Ayres  
> Alexandre Barradas

**Delator:**

> João Pacífico

**Delator:**

> Ricardo Ferraz

Com os codinomes Patati e Padeiro,

**recebeu em:**

> 2010 R\$ 500 mil em caixa dois  
> 2014 não apresentou provas, mas disse que recebeu R\$ 2,75 milhões

**Recebeu em:**

> 2010 R\$ 2 milhões em caixa dois com o codinome Calado  
> 2014 R\$ 8 milhões com o codinome Master

**Recebeu em:**

> 2010 R\$ 200 mil em caixa dois  
> 2014 R\$ 2,55 milhões



**FLAVIO DIÑO**

ACUSAÇÃO

PORÉM

**Delator:**

José Carvalho

> Diz que ele "acatou de forma muito tranquila" solicitação da Odebrecht e "deu continuidade ao processo" de agilizar PL 2.279/2007, do qual era relator, após suposta doação de R\$ 200 mil em 2010

> Dino não fez manifestação sobre o projeto, que foi arquivado pouco depois da suposta doação



**EDINHO SILVA E ALOIZIO MERCADANTE**

VERSÃO 1

VERSÃO 2

**Delator:**

Benedicto Junior

> Não teve contato com Mercadante e o pedido de doação feito por Edinho chegou via Carlos Armando Paschoal. Doação via caixa dois em 2010 foi de R\$ 750 mil

**Delator:**

Carlos Armando Paschoal

> Benedicto Junior negociou com Mercadante repasses de R\$ 1 milhão, integralmente efetivados  
> Paschoal e Junior se referem a Edinho como tesoureiro da campanha, função que ele não exerceu



**GERALDO ALCKMIN**

VERSÃO 1

VERSÃO 2

VERSÃO 3

**Delator:**

> Benedicto Junior

**Delator:**

> Carlos Armando Paschoal

**Delator:**

> Arnaldo Cumplido

Delatou caixa dois de R\$ 2 milhões em 2010 e R\$ 8,3 milhões em 2014. Planilhas mostram R\$ 2,1 milhões em 2010 e R\$ 6,5 milhões em 2014

Delatou repasse no caixa dois de R\$ 2 milhões em 2010. Apresentou planilhas que mostram repasses de R\$ 1,8 milhão.

Apresentou planilha com repasse de R\$ 500 mil em 2014 e confirmou repasses de R\$ 6,3 milhões

## CONTINUA

07 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



PAULO VIEIRA DE SOUZA

VERSÃO 1

**Delator:** Luiz Eduardo da Rocha Soares

> Fala em pagamento de R\$ 4 milhões

VERSÃO 2

**Delator:** Benedicto Júnior

> Descreve a mesma situação e fala que o pagamento foi de R\$ 7 milhões



CELSO RUSSOMANO

VERSÃO 1

**Inquérito:**  
Fala em sua campanha à Câmara dos Deputados em 2010, ano em que disputou o governo de SP

VERSÃO 2

**Delator:**  
> Carlos Armando Paschoal

> Diz ter repassado R\$ 50 mil em caixa dois para um representante cujo nome não sabe  
> Paschoal afirma que havia registro em vídeo dos visitantes no prédio da Odebrecht, mas não apresentou imagens como prova

07 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Não é hora de uma nova Constituinte

ROBERTO DIAS

Em momentos importantes da vida institucional brasileira, o poder constituinte originário se manifestou para romper com a ordem então vigente. Isso se deu tanto para instituir regimes arbitrários como para viabilizar o surgimento de períodos democráticos.

Basta lembrar os movimentos constituintes que geraram, por um lado, as cartas autoritárias do Estado Novo (1937) e do regime militar (1967) e, por outro, as constituições de 1946 e de 1988.

De tempos em tempos surgem propostas para a convocação de uma Constituinte. Alguns sugerem a elaboração de uma nova Constituição por completo, como defendido recentemente por Modesto Carvalho, Flávio Bierrenbach e José Carlos Dias. Outros, de forma mais contida, sugerem uma Constituinte restrita a certas matérias.

Este último caminho foi sustentado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, ao propor uma maneira mais rápida de aprovar as reformas tributária, política e do Poder Judiciário.

Em 2006, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se mostrou simpático à tese, mas para discutir apenas a reforma política.

E Marina Silva, em 2010, aventou algumas reformas, dentre elas a previdenciária, quando era candidata do PV à Presidência da República.

Eram tentativas — que não foram

Nesses quase 30 anos de vigência, a Constituição de 1988 foi capaz de se atualizar. Ela tem resistido bem a corrosões de sua essência

adiante — de facilitar o processo de alteração da Constituição sobre temas polêmicos, que geravam, como ainda geram, muito dissenso.

A questão é saber se devemos, num período como o atual — de grave crise econômica, acentuada radicalização política, gradual erosão de direitos e escandalosos desvios éticos —, partir para a ruptura de uma Constituição que, apesar de seus defeitos, tem permitido ao Brasil resistir a estocadas mais agressivas.

É o caso de, num cenário como este, convocar uma Constituinte que não estaria atrelada às amarras hoje em vigor? Que não precisaria, por exemplo, respeitar as cláusulas pétreas, como os atuais direitos e garantias fundamentais? A minha resposta é “não”.

Não é a hora de descartar a Constituição. Reformas, como sempre, poderão ocorrer, desde que haja respeito às regras do jogo, consenso ampliado sobre os pontos em discussão e obediência às cláusulas pétreas.

A impossibilidade de abolir essas cláusulas e a exigência de aprovação de emendas pelo quorum de 3/5

têm por finalidade proteger o núcleo de nosso Estado democrático de Direito da irracionalidade de maiorias eventuais formadas em momentos de crise.

São garantias de que não impediremos que as próximas gerações tenham o direito de viver em democracia. O melhor caminho não é o da ruptura desse dique.

Nesses quase 30 anos de vigência, a Constituição foi capaz de se atualizar. Foram 95 emendas. Em média, mais de três reformas por ano. Apesar das frequentes mudanças, o texto constitucional atual tem resistido a corrosões de sua essência.

Enfim, é possível fazer reformas incrementais com segurança, sem lançar mão de mecanismos facilitadores da mudança, como a convocação de uma Constituinte exclusiva, ou geradores de profundas incertezas, como a instalação de uma Constituinte ampla.

A abertura de um processo assim neste momento solaparia o que nos resta de segurança institucional, ampliando a polarização, os conflitos e as instabilidades, além de colocar em risco os avanços no campo das liberdades e mesmo da autonomia das instituições.

O pior é que nada no quadro atual indica que faríamos uma Constituição melhor do que a que temos.

ROBERTO DIAS, doutor em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é professor de direito constitucional da Fundação Getúlio Vargas

07 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# O planeta dos malandros

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Charge da página 2 da **Folha**, no dia 28 de abril, intitulada “Planeta dos malandros”, mostrava um grupo de pessoas, carregando placas favoráveis à greve, indo em direção a uma carteira de trabalho gigantesca, em parte afundada na areia.

Não fosse pelo título, a charge de Claudio Mor poderia assemelhar-se ao final do filme “O Planeta dos Macacos” (1968), quando Charlton Heston vê a Estátua da Liberdade semienterrada na areia.

Analisando o movimento das centrais de sindicatos que levou um pequeno número de pessoas às ruas — a maior parte delas com atitudes antidemocráticas ou de vandalismo, o que impediu a esmagadora maioria da população de exercer o sagrado direito de ir e vir livremente, assegurado pela Constituição —, a greve não foi o sucesso que esperavam seus organizadores, que escolheram a véspera de um feriado para estimular adesão daqueles que gostariam de desfrutá-lo mais prolongadamente.

Fosse um sucesso, como foram as manifestações públicas de 2015 e 2016, em que o povo rebelou-se contra os governantes e não precisou de violência para se impor, teriam adotado a mesma atitude democrática de protesto daqueles milhões de pessoas que foram às ruas.

As cenas de TV mostraram tais aspirantes de ditadores, mascara-

**O fracasso dos governos do PT mostra a necessidade das reformas trabalhista e previdenciária, primeiros passos para reverter a crise**

dos, como quaisquer facínoras, queimando pneus para impedir empregados de trabalharem, destruindo bens alheios, depredando ônibus, numa demonstração de que todos esses cidadãos não estão preparados para viver num país democrático. São apenas baderneiros ou defensores de privilégios próprios, mais do que de direitos de terceiros.

Creio que a grande maioria dos poucos que participaram das manifestações nem sequer conhece o que estava defendendo. É difícil acreditar que alguém apoie aposentadoria para pessoas com pouco mais de 50 anos, uma vez que não há como fechar as contas previdenciárias com os deficits bilionários que o sistema atual gera.

É de se lembrar a elevada carga tributária do Brasil, sem contrapartida em serviços, que supera a da maior parte dos países desenvolvidos e emergentes, como Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Suíça e México.

Defende-se o indefensável, em-

bora os líderes grevistas não ignorem que somente com mais tributos, mais juros, maior endividamento, mais desemprego — além de poucos investimentos e nenhum desenvolvimento — pode-se manter tão esdrúxulo sistema.

Sempre tenho dito que a ignorância é a homenagem que a estupidez presta ao populismo.

O fracasso real dos governos anteriores mostra a necessidade de duas reformas essenciais, as trabalhista e previdenciária, como primeiro passo para o Brasil sair da crise. Caso contrário, estaremos a caminho do mesmo desastre protagonizado pelo governo Nicolás Maduro na Venezuela, tão prestigiado pelos governos anteriores.

“Alea jacta esto”. Creio seja esta a melhor forma, pois do imperativo deve ter Júlio César se utilizado ao dizer a famosa frase; não do indicativo “alea jacta est”. “Lançada a sorte”, vejamos se o Brasil está realmente a caminho da democracia que todos desejamos ou se Roberto Campos, cujo centenário comemorou-se em 17 de abril deste ano, tinha razão ao dizer que, com esta mentalidade, o Brasil não corre nenhum risco de melhorar.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, advogado, é professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

07 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

MARCOS LISBOA

## Reféns

Afinal de contas, por quanto tempo seremos reféns das corporações?

Desde o ano passado, diversas reformas que propõem tratar os iguais como iguais e dar transparência aos gastos com pessoal têm sido veementemente rejeitadas por grupos de servidores públicos.

No exemplo mais recente, a deliberação sobre a reforma da Previdência, alguns chegaram a invadir a Câmara, ameaçando os deputados em defesa dos seus privilégios.

Com violência e intimidação, argumentam que defendem o bem comum, merecendo receber salários muito acima da renda média do brasileiro, e ficam revoltados quando o Congresso delibera sobre as suas aposentadorias precoces.

Talvez esteja na hora de discutir os direitos adquiridos e a estabilidade dos servidores públicos, sobretudo quando usam de violência ou põem em risco a vida dos cidadãos.

Não é aceitável a ameaça aos deputados nem a paralisação dos serviços de segurança pública — além do mais, ilegal.

Por que alguns servidores públicos têm que ser ressarcidos pelas despesas comezinhas que todos nós pagamos com nossos impostos?

Todos, menos os servidores de alguns poderes públicos, que recebem salários várias vezes maiores do que a renda média no Brasil, além de auxílios que, supostamente, indenizam-nos pelos seus gastos com moradia e educação dos seus filhos, entre muitos outros.

Existe a corrupção inaceitável em meio a ilícitos injustificáveis, como o caixa dois. Existem também corporações privilegiadas com benefícios pagos com recursos do público.

Muitos servidores não aceitam a revisão dos seus benefícios, pois argumentam que essa era a regra quando optaram pela carreira pública. Alguns reagem com violência às propostas de reforma da Previdência ou de maior transparência aos auxílios que recebem para suas despesas comezinhas.

Para o setor privado, no entanto, não existem direitos adquiridos.

Uma fábrica produz por muitos anos e a decisão de construí-la requer analisar o desempenho esperado do mercado para verificar a sua viabilidade, e depende das regras tributárias e das obrigações trabalhistas. Com frequência, porém, essas regras são alteradas depois da fábrica pronta, reduzindo o resultado esperado; às vezes, inviabilizando-a.

Por que é aceitável alterar as regras que afetam o setor privado e não os benefícios dos servidores? Afinal, todos tomamos decisões com base nas regras existentes, da mesma forma que as pessoas que optam pelo serviço público.

A defesa de direitos adquiridos dos servidores lembra os argumentos dos proprietários de escravos no fim do século 19. A seu ver, todos temos que trabalhar para sustentar os seus privilégios.

MARCOS LISBOA escreve aos domingos nesta coluna.

07 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### O QUE ELES DISSERAM

#### DELTA DALLAGNOL

*Diz-se que o tráfico de drogas gera mortes indiretas. Ora, a corrupção também.*

*(...) A mudança do cenário, dos morros para gabinetes requintados, não muda a realidade sangrenta da corrupção*

Procurador, coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal na Lava Jato, sobre a soltura de José Dirceu pelo STF

#### GILMAR MENDES

*São jovens que não têm a experiência institucional e a vivência institucional e, por isso, fazem esse tipo de brincadeira. (...)*

*Se nós cedêssemos a esse tipo de pressão, nós deixaríamos de ser supremos. Curitiba passaria a ser Supremo. E nenhum juiz passaria a ser Supremo*

Ministro do STF, sobre a Procuradoria ter apresentado nova denúncia contra José Dirceu no dia em que o STF analisou seu caso, soltando-o

*Tudo que eu tinha que falar sobre esse tema eu falei ontem [terça-feira] no meu voto, acho que até um voto histórico, vocês poderiam anotar*  
Idem

#### JOSÉ ROBERTO BATOCHIO

*A decisão do Supremo muda a situação do direito penal de terror no Brasil. É a Justiça pairando acima da turba ululante das ruas*

Advogado de Lula e de Antonio Palocci em processos na Lava Jato, sobre a decisão do STF de permitir que José Carlos Bumlai, João Claudio Genu e José Dirceu, presos preventivamente e condenados em primeira instância, recorram em liberdade

### PAINEL

**Passional 1** Guiomar Mendes, mulher do ministro do STF Gilmar Mendes, enviou mensagem emotiva a amigos e contatos no meio jurídico. No texto, fez enfática defesa do marido e condenou os ataques que ele vem sofrendo desde que votou pela libertação de presos da Lava Jato.

**Passional 2** Guiomar disse que o ministro “não se intimidará”. “Cumprirá a missão debaixo de saraivadas, mas não recuará.”. No Supremo, a mensagem foi vista como sintoma do acirramento na corte e de que, apesar da aparência inabalável, Gilmar sentiu o peso das críticas.

**Passional 3** “O juiz observa regras e essas regras nem sempre são compreendidas”, escreveu Guiomar. No trecho mais forte, chamou de “desinformados infelizes” os que não percebem que, “em última análise, são os que ele mais objetiva proteger”.

### PAINEL DO LEITOR

#### Operação Lava Jato

A soltura de José Dirceu foi um ataque frontal e demolidor contra o ministro do STF Edson Fachin, o juiz Sergio Moro e a sociedade brasileira como um todo. Ao decidir pela libertação de Dirceu e de outros envolvidos no esquema, a segunda turma do STF bateu de frente com a Lava Jato e menosprezou a capacidade dos jovens procuradores.

REGINA ATHAYDE (São Paulo, SP)

# FOLHA DE S. PAULO

CELSO ROCHA DE BARROS

## Lula e Moro

Resta esperar que bandeiras representadas por Lula e Moro se reencontrem nos próximos anos

08 MAI 2017

EM MARÇO de 2016, a revista britânica "The Economist" publicou um artigo com o título "O Drama de Lula", em que discutia as acusações contra o ex-presidente no âmbito da Lava Jato. Apresentava a operação, reconhecia seus méritos, e registrava que o cientista político André Singer referia-se aos procuradores de Curitiba como o "Partido da Justiça".

Apresentava Lula, reconhecia seus méritos, e listava as acusações contra o ex-presidente. E terminava dizendo: "O Brasil deve ver um longo combate entre o Partido da Justiça e o líder que incorporou mais poderosamente a causa da justiça social. A tragédia é não estarem do mesmo lado".

A tragédia é mesmo esta, e vai ser triste assisti-la encenada em Curitiba essa semana.

Para quem acompanhou a história de lutas do PT e os excelentes resultados de seus governos na área social, é melancólico assistir à conversão da candidatura Lula em possível tábua de salvação da classe política acusada na Lava Jato. Se isso acontecer, a candidatura Lula será um perfeito equivalente funcional do impeachment de Dilma Rousseff e será apoiada mais ou menos abertamente por todo mundo que bancou o impeachment sabendo o que estava fazendo.

Por outro lado, é difícil negar que o Partido da Justiça foi, no mínimo, complacente, e, com toda probabilidade, participante, na transformação da Operação Lava Jato em arma política da direita contra Dilma Rousseff em 2016.

A condução coercitiva de Lula,

o vazamento dos áudios no "Jornal Nacional", o PowerPoint meio ridículo, tudo isso era inteiramente desnecessário ao andamento dos processos, mas, nos dois primeiros casos, foram momentos decisivos na guerra do impeachment. E nenhum espetáculo semelhante foi montado durante o governo Temer. Esse histórico dificulta muito a mobilização de esquerda a favor da Lava Jato agora que a operação é atacada pelos conservadores.

Teria sido possível evitar a tragédia?

Talvez não. Talvez redistribuição de renda e investigações de corrupção fossem ambas mais prováveis em um governo de esquerda, porque a coalizão que apoia redistribuição de renda sempre foi mais fraca e menos capaz de barrar investigações. Uma alternativa a isso teria envolvido uma coalizão diferente, que nunca existiu.

Para além dos fatores estruturais, há também uma dimensão no embate entre Lula e Moro em que caráter talvez tenha sido destino. Se Lula fosse o tipo de sujeito que aceita o martírio político para quebrar o sistema político corrupto brasileiro em 2003, não seria o tipo de sujeito que governou moderadamente beneficiando milhões de brasileiros pobres. Se Moro fosse mais capaz de pensar em consequências políticas, talvez não tivesse sido firme na condução de uma investigação que quebrou o sistema político ao meio. Lula teria sido um juiz complacente e Moro, um presidente inábil. Mas é impossível dissociar os defeitos das qualidades em ambos

os personagens. É o tipo de conflito de personalidades que pode gerar bons romances históricos.

O mais triste é que, enquanto estivermos assistindo o duelo entre justiça social e combate à corrupção em Curitiba essa semana, continuaremos sendo governados pela turma que não está preocupada nem com uma coisa, nem com a outra. Resta esperar que as bandeiras representadas por Lula e Moro se reencontrem no debate político brasileiro dos próximos anos.

08 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

### Manual de guerra

Militantes que estão indo a Curitiba para acompanhar o depoimento do ex-presidente Lula ao juiz Sergio Moro receberam neste domingo (7) um guia de atuação distribuído pela Frente Brasil Popular. “Não devemos entrar em provocações. Andar sempre em delegações para não corrermos risco de ataques por parte dos coxinhas”, diz o texto. A militância foi orientada a “se trajar com simbologia da luta”, usando bonés ou chapéus, camisetas vermelha, além de carregar faixas e cartazes.

**Occupy Curitiba** Os manifestantes pró-Lula querem montar acampamento em Curitiba. Cada caravana é responsável por providenciar sua alimentação. Há orientação para que todos levem um “kit militante completo”, com colchão, roupa de cama, toalha e objetos de uso pessoal.

**Dia D** Lula prestará depoimento nesta quarta (10). Moro, em vídeo, pediu que apoiadores da Lava Jato não compareçam ao fórum. Mesmo advogados que o criticam admitem que o gesto foi astuto: o juiz mostrou que não estimula a tese de que haverá um embate entre réu e julgador.

08 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

LEANDRO COLON

## Um ano de Temer

**BRASÍLIA** - O ex-ministro Geddel Vieira Lima apareceu no Planalto na semana passada para dar um alô a Michel Temer e Eliseu Padilha.

Há pouco mais de cinco meses, Geddel saiu de fininho da Secretaria de Governo após ser pego manobrando para derrubar decisão do Iphan contra um prédio em Salvador onde ele comprara um imóvel.

O relator da reforma trabalhista na CCJ do Senado será Romero Jucá, líder do governo Temer na Casa.

Logo mais, se completa um ano da revelação das gravações que tiraram Jucá do comando do Planejamento. No diálogo com Sérgio Machado, delator e ex-presidente da Transpetro, o senador do PMDB fala em “estancar a sangria” da Lava Jato.

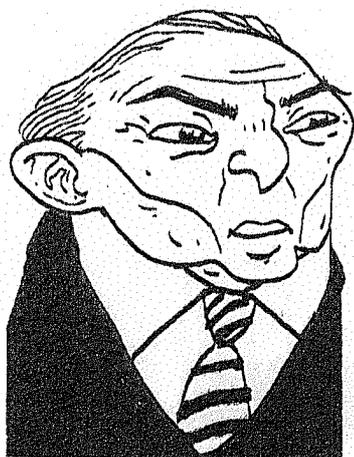
O governo Temer faz aniversário na próxima sexta-feira (12). O peemedebista tomou posse, ainda como interino, na tarde de 12 de maio de 2016, rodeado por figuras como Jucá, Geddel, e outros protagonistas de escândalos nos últimos meses, entre eles ministros que viriam a ser

citados pela delação da Odebrecht.

De lá para cá, a economia deu sinais tímidos — para não dizer envergonhados — de recuperação. Sinais que até deixaram os brasileiros menos pessimistas, conforme o Datafolha, mas que foram insuficientes para melhorar a imagem de um governo reprovado sem piedade.

Temer fará um pronunciamento para celebrar seu primeiro ano — com 9% de aprovação, pretende divulgar a fala só na internet para escapar das panelas. Deve fazer discurso exaltando a gestão e em defesa das reformas trabalhista e previdenciária. E vai ignorar a queda de ministros que continuam influentes dentro do governo.

“A corrupção lesa a nação em todas as frentes (...) a lei da propina anda na surdina e joga pesado”, diz o samba “Meu Sangue é Brasil”, de Almir Guineto, morto na sexta (5), e Luverci Ernesto. Em tempos de delações explosivas, poderia, por que não, virar um hino da Lava Jato.



**ESTAMOS CHEGANDO AO FIM DO PRIMEIRO ANO DO MEU GOVERNO. FALTAM APENAS UNS 20 ANOS PARA ELE PASSAR**

INDÚSTRIA E COMÉRCIO 08 MAI 2017

# Correção monetária de depósitos judiciais deve incluir expurgos inflacionários

Corte Especial firmou a tese em  
recurso repetitivo e, agora, entendimento  
deve ser aplicado a todos os processos  
que tratem do mesmo assunto

**A** Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça definiu que a correção monetária dos depósitos judiciais deve incluir os chamados expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos dos anos 1990. A tese foi firmada pelo tribunal num recurso repetitivo e o entendimento deve ser aplicado a todos os processos que tratem do mesmo assunto.

Para a ministra Maria Thereza de Assis Moura, autora do voto vencedor, a correção monetária é mecanismo de recomposição do poder de compra da moeda, e não de remuneração de capital. A correção, diz a ministra, deve sempre ser um retrato da economia real, nunca "se prestar à manipulação de instituições financeiras, que, evidentemente, lucram com as importâncias depositadas em seus cofres".

De acordo com ela, a atualização monetária preserva o equilíbrio nas relações econômicas e neutraliza os efeitos da inflação nos contratos. Portanto, não se pode interpretar que a correção dos depósitos represente acréscimo de patrimônio ou prejuízo ao depositário.

E para que esse equilíbrio se mantenha, a correção deve considerar os expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos. Os planos foram desenhados entre o fim dos anos 1980 e 1990 para tentar derrubar a hiperinflação da época. Todos eles tinham como tese central a indexação da economia a um índice de correção monetária, que normalmente rendia menos que a inflação. A diferença entre o índice oficial e a inflação é o que se chama de expurgos inflacionários.

No caso dos depósitos judiciais, entendeu a ministra Maria Thereza, sua "atualização plena" deve considerar os expurgos. Para ela, os expurgos são o reconhecimento de que os índices de inflação apurados num determinado lapso não corresponderam ao percentual que deveria ter sido utilizado.

No caso concreto, a Caixa Econômica Federal não queria incluir os expurgos inflacionários aos valores depositados judicialmente, em 1989, por uma empresa

para assegurar a inexigibilidade de crédito tributário. A quantia foi devolvida para a empresa em novembro de 1996. O caso foi parar na Justiça. O juiz de primeiro grau deu razão à empresa, mas o banco venceu depois, quando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região analisou o caso, em 2006. A empresa, então, decidiu recorrer ao STJ.

## Tribunal pode usar conta de acordos para pagar precatórios

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou pedido do estado do Rio Grande do Sul contra ato do Tribunal de Justiça gaúcho autorizando que parte dos valores destinados a precatórios por meio de acordos diretos fossem transferidos para o pagamento por ordem cronológica de apresentação. Para o relator, a corte local não violou entendimento do Supremo sobre o pagamento das dívidas dos estados.

Como a conta de acordos tinha saldo de R\$ 229 milhões, suficiente para quitar os últimos acordos firmados, a Presidência do TJ-RS destinou R\$ 49 milhões para tentar pagar 9 mil preferências que estavam na “fila” cronológica, alegando “insuficiência de recursos”.

O governo estadual viu “grave desvio de finalidade” na estratégia, por entender que impediria o estado de cumprir critérios fixados pelo próprio STF ao derrubar a Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios (ADIs 4.357 e 4.425). Segundo a reclamação, ao modular os efeitos, a corte teria assegurado sobrevida ao regime especial de pagamento de precatórios pela modalidade de acordo direto.

O estado queria liminar para suspender a decisão do Tribunal de Justiça. Lewandowski, no entanto, não viu descumprimento à tese definida pelo STF nas ADIs 4.357 e 4.425. O relator disse que o Supremo liberou acordos diretos “desde que observada a ordem de preferência dos credores e de acordo com lei própria da entidade devedora”.

O ministro afirmou ainda que o presidente do TJ-RS, ao determinar a transferência de recursos, não inviabilizou a satisfação dos créditos dos beneficiários dos acordos diretos, “proporcionando, pelo contrário, num exercício de compatibilização, a manutenção dos pagamentos dos credores de ambas as contas”.

08 MAI 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### STJ reconhece erro em enunciado e anula questão de concurso de área jurídica

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça anulou uma questão da prova dissertativa do concurso para o cargo de assessor da área jurídica do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O acórdão é o primeiro da corte com uso de imagem, para facilitar a compreensão do caso.

O STJ considerou que o caso era uma exceção à regra já definida pelo Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, de que não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e suas notas (RE 632.853).

No caso julgado pelo STF, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou que o Poder Judiciário vai além do controle de legalidade se interpreta questão de concurso público, substituindo o papel da banca examinadora. No caso julgado pelo STJ, o recorrente alegava a nulidade de duas questões da prova.

A ação sustenta que em

uma questão haveria grave erro jurídico no enunciado, pois a banca examinadora “teria trocado os institutos da ‘saída temporária’ por ‘permissão de saída’, e exigido como resposta os efeitos de falta grave decorrentes do descumprimento da primeira”.

Na outra questão, também de acordo com a ação, haveria inépcia do gabarito, pois não teriam sido publicados adequadamente os fundamentos jurídicos esperados do candidato avaliado.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) afirmou que o Poder Judiciário não poderia examinar o mérito das questões do concurso, mas apenas analisar o preenchimento de requisitos legais.

No STJ, o relator, ministro Og Fernandes, entendeu que o recorrente não pretendia que o Judiciário reexaminasse o conteúdo da questão ou o critério de correção para concluir se a resposta dada por ele estaria adequada ou não.

08, MAI 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

# PROFISSÃO PERIGO

Temidos por muitos, oficiais de justiça relatam os desafios que enfrentam no trabalho diário

Ana Tereza Motta  
amotta@tribunadoparana.com.br

**E**les são considerados os mensageiros das notícias ruins, mas na verdade o trabalho dos oficiais de justiça vai além das intimações. “É apenas um pensamento equivocado porque na verdade não tem nada mais humano do que um oficial cumprindo uma ordem judicial tratando com pessoas”, afirma Vanderson Oliveira, 41 anos, oficial da Justiça Federal.

Para ser oficial de justiça, é necessário ser bacharel em direito e ser aprovado em concurso público. Na Justiça Federal, são cerca de 50 profissionais que cumprem mandados em Curitiba e região metropolitana. As atividades se dividem em dois grupos: a comunicação processual, que são as notificações, intimações e citações; e as execuções em geral, como reintegração ou imissão de posse, além de busca e apreensão.

Eles não têm horário fixo, porém o trabalho se estende nos fim de semana e à noite. A oficial de justiça Fabiana Cruz, 43, considera a flexibilidade de horário um ponto positivo da profissão. “Permite que eu desempenhe outras tarefas que eu tenho, como mãe, o ‘leva e traz’ dos filhos na escola. Eu consigo na maioria das vezes encaixar essa rotina”.

## DIREITO DE DEFESA

A mudança no Código de Processo Civil em 2015 alterou algumas atribuições do oficial de justiça. Anteriormente eles procuravam o indivíduo três vezes, em dias diferentes, para entregar a citação ou intimação. Agora se a pessoa não for encontrada em duas vezes, já pode designar a citação por hora certa, ou seja com dia e horário marcado.

Outra mudança é que a avaliação dos bens móveis e imóveis deve ser feita pelo oficial de justiça. Além disso, o profissional atua como um dispositivo de pacificação social, fazendo propostas de acordo e atuando como conciliador. Julio Berbert Junior, 49, afirma que a maioria das pessoas que recebem os atos processuais não têm orientação jurídica. “Elas não sabem como agir, como proceder, por isso talvez elas tenham tanto medo do oficial de justiça. Cabe a nós orientá-los e esse é nosso papel social também”, ressalta.

O oficial de justiça também é responsável pela constatação sócio-econômica, ou seja, avaliar as condições das pessoas para que recebam alguns benefícios. Para o oficial da Justiça do Trabalho Marcelo Freitas, 50, essas situações mexem com a emoção. “Intervir no patrimônio de pessoas com pouco recurso é a parte que mais me entristece”, afirma.

## Coragem é pré-requisito

Para cumprir os mandados, o oficial de justiça utiliza o próprio veículo. Normalmente, os profissionais vão sozinhos a lugares que não conhecem, sem nenhum suporte de segurança. Como eles não têm porte de armas, a periculosidade é um dos fatores negativos da profissão. “Você se sente desprotegido e vulnerável, essa é uma das partes que eu menos gosto”, desabafa Vanderson.

Fabiana trabalha como oficial de Justiça há 18 anos e já chegou a levar os filhos junto. “Eu não tinha como me desfazer do bebê para cumprir o mandado e me negar a cumprir o mandado porque tinha um bebê. Aconteceu inúmeras vezes em diligências de ter que levar meu filho porque não sabia quantas horas eu ia demorar”, relata.

As vezes o trabalho exige que eles se desloquem a lugares de difícil acesso. Fabiana teve essa experiência quando trabalhou nas ilhas da região de Paranaguá e teve que se deslocar de barco até o destino. “Você vai de barco até Guaraqueçaba, de Guaraqueçaba você precisa ir numa região que fica dentro da mata e tem que se deslocar de jipe ou contar com apoio do Ibama para você poder chegar no indivíduo e entregar para ele a notícia que o juiz está determinando”, explica Fabiana. (ATM)

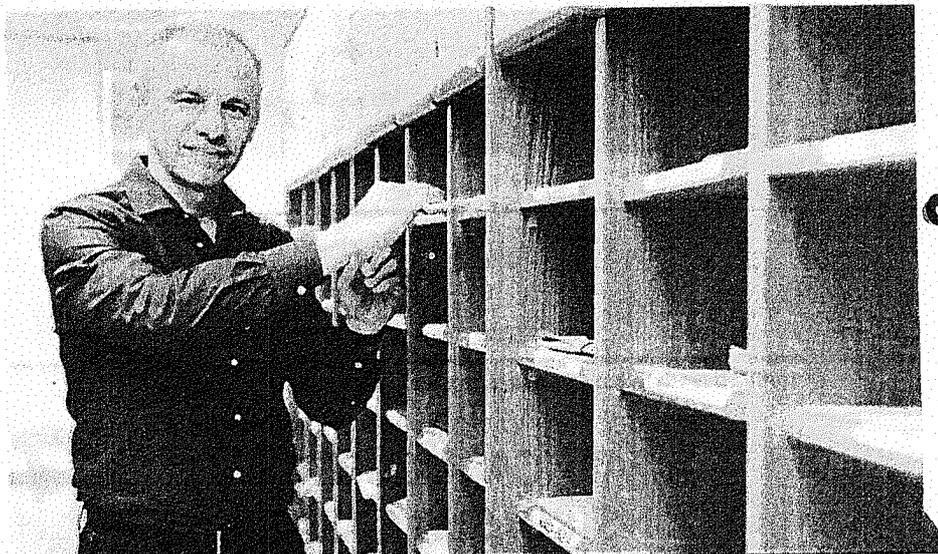
CONTINUA



**Julio: eles não sabem como agir, por isso têm tanto medo do oficial.**



**Fabiana já levou os filhos e usou barco e jipe para cumprir mandados.**



**Intervir no patrimônio de pessoas com pouco recurso entristece Marcelo.**

## É o bicho!—

Julio é oficial da Justiça Federal há 18 anos e conta que numa diligência seu colega foi enganado por um papagaio. “Quando ele bateu na casa, uma ‘vozinha’ lá no fundo disse: entra. Ele entrou e quando olhou para cima era um papagaio”.

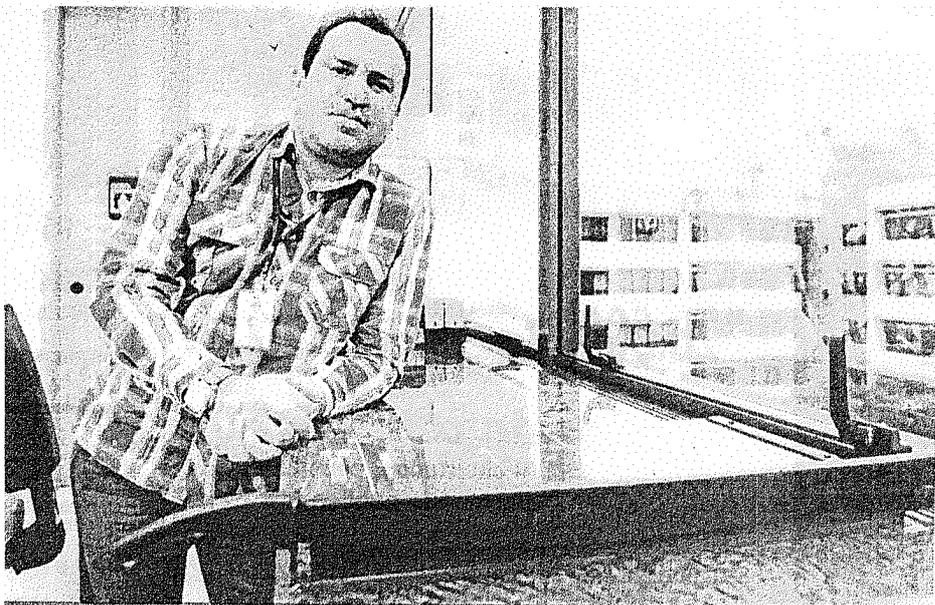
Fabiana teve que pular um muro para não ser mordida por cachorro. Ela entrou e viu dois pastores alemães correndo em sua direção. “Eu corri no sentido contrário e tive que pular o portão para me proteger do ataque dos cachorros. O mandado voou pra dentro da propriedade, mas dessa vez não fui atacada”, relata. (ATM)

**CONTINUA**

08 MAI 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO



Parte que Vanderson menos gosta é se sentir desprotegido e vulnerável.

# TRIBUNA DO PARANÁ 08 MAI 2017

## VIZINHOS DE MORO

Vinda de Lula exige cadastro de moradores e comerciantes da região da Justiça Federal, no Ahú

**E**m virtude do depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao juiz federal Sergio Moro, nesta quarta-feira (10), a Polícia Militar do Paraná está credenciando, até as 18h de hoje, os moradores, comerciantes e trabalhadores para controlar o acesso à região da Justiça Federal, no Ahú.

São duas formas de cadastramento: os policiais militares visitam os comércios, residências e prédios e fazem questionamentos pertinentes aos moradores, como endereço, números de documentos, se possuem veículos, dependentes e quais pessoas pretendem acessar a área no dia do evento. Também está sendo deixado o formulário e um informativo nos locais onde não forem encontradas pessoas no horário da visita da PM. Nos prédios, os contatos estão sendo feitos com os síndicos.

Os policiais militares também estão na Praça Pedro Alexandre Broto, em frente à Justiça Federal, à disposição dos moradores e comerciantes da região para fazer o cadastramento daqueles que não forem encontrados pelos policiais durante a visita. O bloqueio será feito num raio de 150 metros do prédio da Justiça Federal, a partir de amanhã à noite.

No dia do evento haverá dois perímetros controlados pela Polícia Militar. No primeiro, mais próximo à Justiça Federal, acessarão os moradores com seus veículos desde que cadastrados previamente e que não os deixem na rua. Já o segundo perímetro poderá ser acessado por moradores (com seus veículos, desde que possuam garagem e não os deixem na rua) e outras pessoas a pé e veículos autorizados/credenciados.

‘Concitamos os moradores, comerciantes e trabalhadores a fazerem o seu cadastramento para que no dia possam acessar a área de controle, onde estarão suas residências e locais de trabalho, de maneira mais rápida. No dia do evento, basta que tenham em mãos um documento de identificação com foto e comprovante de endereço’, informa o porta-voz da Polícia Militar, tenente Rafael Bittencourt Riscarolli.

### NADA DE ACAMPAMENTOS!

**A** Justiça do Paraná, atendendo a um pedido da Prefeitura de Curitiba, proibiu a montagem de estruturas e acampamentos nas ruas e praças da cidade entre a noite de hoje e as 23h da quarta-feira (10), dia em que o ex-presidente Lula prestará depoimento ao juiz Sergio Moro, na capital paranaense. Caso a determinação seja desrespeitada, será aplicada multa diária de R\$ 50 mil. A decisão da juíza Diele Denardin Zydek foi publicada na sexta-feira (5) e também proíbe - durante o mesmo período - a passagem de pedestres e veículos nas imediações da sede Justiça Federal, na Avenida Anita Garibaldi, no bairro Ahú. Em um segundo perímetro serão permitidos só veículos cadastrados.

# GAZETA DO POVO

# Encontro marcado com a Justiça

06 MAI 2017  
07 MAI 2017

O ex-presidente Lula será ouvido por Sergio Moro pela primeira vez, como réu no processo envolvendo o triplex no Guarujá

*Kelli Kadanus*

● Na próxima quarta-feira, Curitiba será palco do primeiro embate direto entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o juiz federal Sergio Moro, responsável pela condução da operação Lava Jato no Paraná. Moro vai interrogar Lula no processo que acusa o ex-presidente de corrupção e lavagem de dinheiro através da compra e reforma de um triplex no Guarujá, litoral de São Paulo.

O encontro, porém, tem como pano de fundo questões que vão além do processo em que o ex-presidente é réu e Moro o condutor das investigações. Questões ideológicas, jurídicas e políticas se misturaram ao avanço da Operação Lava Jato e se intensificaram à medida que as investigações se aproximavam de Lula.

Exemplo disso são as manifestações previstas para ocorrer no dia do interrogatório em Curitiba. O PT promete trazer milhares de pessoas em caravanas para apoiar o ex-presidente. Do outro

lado, manifestantes contrários ao líder petista também já começaram a chegar a Curitiba.

O encontro promete ser tenso e a Polícia Federal chegou a pedir que Moro adiasse o depoimento, previsto inicialmente para o dia 3 de maio, para ter mais tempo de preparar um esquema de segurança. O pedido foi endossado pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná e acabou sendo aceito por Moro, mesmo com a oitiva de Lula tendo sido agendada com 60 dias de antecedência.

O ex-presidente será o último a ser ouvido no processo e a tensão não deve se concentrar apenas do lado de fora da Justiça Federal, onde grupos pró e contra Lula farão suas manifestações. Ao longo das audiências do processo — que começaram no final do ano passado — tornou-se comum o embate pesado entre os advogados de defesa do ex-presidente e o magistrado.

O processo em que Lula será ouvido é relativamente simples e o jogo parecia ganho para a defesa até o final de abril, já que várias testemunhas — inclusive de acusação — colocavam em dúvida a posse do triplex em questão. O depoimento do ex-presidente da OAS, Leo Pinheiro, porém, mudou essa

perspectiva. O executivo, que tenta firmar acordo de delação premiada, confirmou a Moro que o imóvel era do ex-presidente.

Antes do depoimento de Pinheiro, a defesa de Lula tinha concedido uma coletiva de imprensa para informar que o processo envolvendo o triplex no Guarujá que tramitava na Justiça Estadual de São Paulo havia chegado ao fim com a absolvição sumária dos réus — inclusive de Leo Pinheiro. Lula não era réu no processo, mas a decisão de São Paulo mostrava que o processo em Curitiba também podia chegar ao fim sem condenações.

Dias depois do depoimento do empreiteiro, Lula falou em um evento do PT que deseja depor logo no processo para se defender de “viva voz”. “Vou prestar quantos depoimentos necessários. Mas tenho que ser tratado como os outros, mas não estou sendo. Estou sendo tratado pior que os outros. Nem vou mostrar as costas para não verem as chibatadas que levei”, disse Lula.

**CONTINUA**

### Guerra de comunicação

A declaração de Lula no evento do partido mostra a estratégia do ex-presidente para combater a Lava Jato. Lula aposta em uma guerra de comunicação para frear o avanço das investigações, adotando discursos de cerceamento de defesa e perseguição política. A defesa de Lula chegou a apelar para órgãos internacionais, como a ONU, alegando inclusive violação dos direitos humanos.

“Ele vai tentar criar um palanque de todo jeito”, diz o cientista político da PUCPR Mario Sergio Lepre. “Ao criar a lógica da perseguição você está desqualificando as instituições do país, e isso é péssimo”, alerta. Para o especialista, falta no Brasil uma consciência republicana em casos como esse. “Não interessa quem você é, interessa que a lei tem que ser cumprida”, reforça.

O discurso da perseguição política da Lava Jato contra o PT, porém, perdeu força a partir das decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) de soltar importantes presos da operação, como o ex-ministro José Dirceu (PT) e o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo pessoal de Lula. “Esse discurso não se sustenta pela própria prisão do [ex-deputado] Eduardo Cunha (PMDB), por exemplo”, reforça Lepre.

Mas decisão do Supremo não prejudica somente a tese de perseguição política de Lula. Por outro lado, também abre precedente para que outros políticos presos em caráter preventivo sejam soltos nas próximas semanas. A própria soltura de Dirceu representou um revés para a força-tarefa, que tinha apresentado horas antes

uma nova denúncia contra o ex-ministro.

A batalha também é travada no âmbito judicial. A defesa do ex-presidente, ao arrolar as testemunhas de defesa de outro processo, envolvendo a compra de um terreno pela Odebrecht para a construção de uma nova sede do Instituto Lula, chegou a selecionar 87 nomes para serem ouvidos por Moro.

Apesar de protestar por causa do exagero, o juiz aceitou ouvir as testemunhas, mas determinou que Lula estivesse presente em todas as audiências — decisão que foi derrubada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) na última quinta-feira.

O discurso de perseguição acaba servindo também como pré-campanha de retorno ao Planalto. Em uma série de entrevistas realizadas em rádios no Nordeste analisadas pela **Gazeta do Povo**, o petista já fala como candidato ao fazer propostas, relembrar conquistas feitas durante seus anos de governo e criticar os rumos da gestão Michel Temer (PMDB). Lula já afirmou que “se for necessário” e “se o PT precisar”, será candidato à Presidência em 2018.

“No que diz respeito ao discurso político, ele é expert nisso. Mesmo que os fatos o contrariem, a narrativa dele vai ser no sentido de construir algo no sentido de que ele é o grande libertador do Brasil”, analisa Lepre. “Ele praticamente construiu sua vida política em cima do populismo”, lembra o cientista político.

06 MAI 2017

07 MAI 2017

### Lula pode ficar inelegível

O cenário para as eleições em 2018 ainda é nebuloso e pode sofrer diversas alterações, principalmente em função dos desdobramentos da Operação Lava Jato, que pode bagunçar ainda mais o campo político nos próximos meses. “Todos os envolvidos na Lava Jato estão mal politicamente, com exceção do Lula”, observa o cientista político.

Outro fator que deve ser levado em conta é a possibilidade de Lula acabar impedido para a disputa. A Lei da Ficha Limpa determina que o candidato fica inelegível após uma condenação em segunda instância, por decisão colegiada — no caso da Lava Jato, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Um levantamento realizado pela **Gazeta do Povo** no início de abril mostrou que o TRF4 levava em média 13 meses para analisar as sentenças de Moro.

Se for realmente condenado por Moro em junho — nessa projeção, com rapidez e “passando na frente” de outros processos que aguardam sentença — e a média de tempo verificada prevalecer, Lula já estaria inelegível e não poderia concorrer a partir de julho do ano que vem, período em que começam as convenções partidárias. O registro das candidaturas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ocorre até o dia 15 de agosto.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

06 MAI 2017  
07 MAI 2017

Depois de mais um julgamento pela turma do TRF4, ainda em abril, a média saltou para 16 meses. Nesse caso, Lula só ficaria inelegível depois das eleições, entre outubro e novembro de 2018. Nessa situação, poderia assumir o mandato mesmo com a confirmação de uma eventual sentença.

O julgamento no TRF4 pode não seguir a média. Para se ter uma ideia, o caso que foi a julgamento mais rápido em segunda instância demorou apenas sete meses entre a sentença de Moro e a confirmação da pena pela 8ª Turma. O caso mais longo levou 21 meses.

### Esse ele foreleito?

Se conseguir driblar a inelegibilidade e concorrer à Presidência da República no ano que vem, Lula tem chances de voltar ao Planalto. O petista tem aparecido com vantagem na maioria das pesquisas de intenção de votos para 2018 realizadas no país. Na mais recente, divulgada pelo Datafolha na última terça-feira, Lula lidera todos os cenários para o primeiro turno e nas simulações de segundo turno só é alcançado por Marina Silva (Rede) e Sergio Moro, com quem empataria em uma disputa direta.

Lepre, porém, afirma que o cenário não é tão favorável quanto parece ao ex-presidente. “É uma vantagem aparente, porque a campanha é muito complicada e em um segundo turno a rejeição dele é muito alta”, alerta.

Depois da divulgação dos acordos e depoimentos de executivos da Odebrecht, boatos começaram a circular em Brasília sobre tentativas de livrar os políticos envolvidos nas acusações. Chegou-se a falar, inclusive, em um “acordão” entre políticos do alto escalão para amenizar os efeitos da Lava Jato.

Um passo nesse sentido foi a aprovação no Senado, recentemente, do projeto de lei de abuso de autoridade — duramente criticado pelos investigadores da Lava Jato. O projeto criminaliza, por exemplo, o uso de conduções coercitivas, recurso bastante utilizado na operação.

Caso assuma a Presidência da República, os processos contra Lula seriam paralisados, já que ele só poderia responder por atos referentes ao mandato presidencial. O petista, assim, escaparia da mão pesada de Moro. O grande temor, porém, é a consequência para as investigações como um todo.

Para Lepre, um eventual governo Lula ainda é uma incógnita, mas poderia ter consequências “tenebrosas”. “O Lula de 2002 foi o Lula da Carta aos Brasileiros. Em 2018 não se sabe aquilo que viria de um governo Lula”, explica.

O cientista político alerta para um possível desmonte da Lava Jato nesse cenário. “Um presidente eleito popularmente tem uma força significativa. Você pode, como presidente, articular e com o tempo ir destruindo esse mecanismo que a sociedade foi construindo e que faz com que você tenha um modelo institucionalizado de demandas políticas”, alerta Lepre. “É um processo muito demorado, mas hoje olhando para o Lula eu tenho muito receio, porque ele tem essa lógica antirrepublicana”, completa.

Por outro lado, a Lava Jato conta com amplo apoio popular e parece saber usar esse ingrediente a seu favor. Manifestações a favor da operação já foram realizadas em diversas ocasiões, sempre com público significativo nas ruas. Outro ponto a favor da operação é o projeto de lei aprovado pelos senadores recentemente, que acaba com a prerrogativa de foro para políticos — incluindo ministros. De acordo com o projeto, a prerrogativa de foro seria mantida apenas para presidente da República e presidentes da Câmara e do Senado.

“Ele vai tentar criar um palanque de todo jeito. Ao criar a lógica da perseguição, Lula desqualifica as instituições, e isso é péssimo. Não interessa quem você é, interessa que a lei tem que ser cumprida.”

## **A corte mais poderosa do mundo**

**J**osé Gomes Canotilho, um jurista português bastante citado pelo STF, afirma que o Supremo brasileiro é a corte mais poderosa do mundo, muito mais que a Suprema Corte americana ou que os Tribunais Constitucionais europeus.

Ele está correto, pois o Supremo acumula funções que a maior parte das cortes constitucionais do mundo inteiro não possui. De fato, o STF não é apenas um tribunal constitucional, que resolve sobre a constitucionalidade das leis: ele é também a última instância de recursos de todos os tipos e órgão especial de julgamento dos detentores de foro privilegiado.

Quanto aos recursos de todos os tipos, é o próprio Supremo que define aquilo que deseja julgar. Como a Constituição brasileira é um calhamaço de papel que trata de todos os temas possíveis e imagináveis, na prática o Supremo julga um tema quando quer julgá-lo, sob a justificativa de o tema estar na Constituição ou não. E, quando não esteja no texto da Constituição, agora já se afirma que ele está “no espírito” dela ou “nos valores do texto”, o que abre ampla margem à imaginação dos juizes.

Funcionando como órgão especial de julgamento para detentores de foro privilegiado, o Supremo tem poder excepcional sobre os outros poderes da República. Vemos isso de forma clara na situação atual, na qual a maior parte dos parlamentares e dos membros do Executivo tem alguma conta a pagar perante o Supremo Tribunal Federal.

Poder-se-ia afirmar que o Senado tem competência para julgar o impeachment de um ministro do Supremo. Porém, no fim de 2015, foi o próprio STF a definir um rito de impeachment extremamente difícil para o caso de Dilma Rousseff, que demorou meses para chegar ao fim. Enquanto isso, no Supremo, pode-se determinar a prisão de um senador no exercício do mandato (caso de Delcídio Amaral) ou a suspensão do mandato de um parlamentar (caso de Eduardo Cunha) com uma canetada, em dois segundos. Então o poder do Senado consegue equiparar-se ao do Supremo? Parece evidente que não.

Ocorre que, distraídos pelas picuinhas do cotidiano e, no caso dos políticos, olhando apenas para o próprio umbigo, ameaçados que estão de serem engolidos pela Lava Jato, foi-se permitindo que o Supremo tomasse um lugar cada vez maior: ele decide sobre políticas públicas, toma o lugar do Legislativo quando entende que ele está “inerte”, suspende parlamentares ou manda prendê-los, decide quem pode ser presidente da República ou não — o caso de Renan Calheiros, em que o Supremo definiu que um réu não pode estar na linha de sucessão da Presidência, apenas deu à corte o poder de transformar em réu quem ela não queira que seja presidente, pois, no fim, Calheiros continuou na presidência do Senado —, entre tantos outros poderes extraordinários que foram sendo conferidos, dia após dia, à corte dos 11 iluminados.

Junte-se a tudo isso a noção de “mundo melhor” da qual os juizes do Supremo estão imbuídos: um mundo progressista, de valores atualizados com as mais novas modas, guiado pelos “direitos humanos” — visão à luz da qual eles interpretam a Constituição e impõem a todos a sua concepção particular. O texto não é mais interpretado segundo o seu significado, mas busca-se o significado do texto a partir do propósito do juiz, do que ele quer.

Tem-se a impressão de que o poder total foi transferido para um órgão burocrático não eleito e impessoal, ao qual a população não pode controlar e do qual ela não pode cobrar. Mas não é apenas uma impressão: é exatamente o que acontece.

06 MAI 2017

# GAZETA DO POVO 07 MAI 2017

## A valorização da mulher

**A** muito custo e com muito atraso, as mulheres têm assumido cada vez mais postos de trabalho, funções diretivas e papéis de influência na sociedade. Uma participação equitativa de homens e mulheres nos mais diversos âmbitos é não só uma exigência de um olhar justo sobre o ser humano, como uma necessidade para o bem comum de qualquer comunidade. A especificidade da contribuição feminina não pode ser dispensada impunemente em uma sociedade madura. Uma cultura em que apenas os homens desempenhassem papéis de influência seria, no mínimo, desequilibrada — como podemos constatar a partir da nossa própria experiência.

É justamente a valorização da mulher e do homem em sua singularidade e complementaridade que exige a recusa de um traço fundamental da chamada teoria ou ideologia de gênero: a negação efetiva da diferença sexual. Um feminismo que verdadeiramente deseja sublinhar a força da identidade feminina se contradiz quando cede à liquidez de uma teoria que já não reconhece a existência dessa mesma identidade; de uma teoria que afirma, deslegitimando-a, que essa identidade é artificial e criada apenas culturalmente. Ora, que a singularidade do feminino foi formada, sem dúvidas, também culturalmente — além de por seu substrato genético — pode ser afirmado sem problema e isso em nada lhe retira de valor e beleza. A formação cultural da identidade feminina, que tem um fundamento na realidade psicofísica, precisa ser refletida, depurada, aprofundada, mas não cancelada a partir de apriorismos — o que nem sequer é possível.

Foi esse mesmo desenvolvimento cultural que, a passos muito mais lentos do que gostaríamos, fez emergir a radical afirmação da igual dignidade entre homem e mulher — um dado para nós tão evidente, mas no passado completamente rechaçado mesmo por sociedades exaltadas por seu nível de esclarecimento, como a grega ou a romana. A pregação cristã foi decisiva para uma reavaliação do valor da mulher, arrancando-a da condição de objeto ou propriedade de seu pai ou marido. Infelizmente, porém, nem sempre o reconhecimento dessa dignidade saiu da mera teoria para se traduzir em direitos concretos ao longo do tempo.

Foi apenas no século passado que diversas conquistas das mulheres se consolidaram, como os direitos políticos e o acesso ao ensino superior. É claro que diversos movimentos feministas devem ser creditados por isso. Mas uma progressiva instrumentalização dos ideais feministas ao longo das últimas décadas minou as suas forças, concentrando-as em pautas que o contradizem — como o desprezo pela maternidade e a afirmação de um suposto “direito” ao aborto. Assim, o *mainstream* feminista se tornou mais um agente de uma colonização ideológica que está longe de representar uma real preocupação pela valorização da mulher.

Enquanto isso, a dignidade da mulher continua ameaçada por práticas às quais esses grupos fazem vista grossa. A pornografia, por exemplo, tem se provado cada vez mais, através de pesquisas nas áreas da psicologia, da neurologia e da sociologia, como um agente incentivador e perpetuador da objetificação das mulheres e da violência contra elas. Além disso, soluções legais e culturais para atitudes discriminatórias contra a mulher no mercado de trabalho, geralmente vinculadas à possibilidade de gravidez, são pouco discutidas, enquanto o *mainstream* feminista — numa postura que contradiz a “sororidade” (isto é, mais ou menos, a solidariedade entre mulheres) pregada pelo movimento e que favorece o machismo — se distrai desincentivando a maternidade.

É preciso, enfim, trabalhar por uma sociedade em que as mulheres possam ocupar, tanto quanto os homens, lugares sociais onde exerçam influência. Mas também é necessário remover os obstáculos que impedem as mulheres que assim o desejam de engravidarem e serem mães, pensando em novas soluções que tornem a maternidade mais compatível com a vida profissional, tanto quanto a paternidade o é. Mais básica ainda é a construção de uma sociedade em que a mulher se sinta segura e até mesmo protegida, nunca em um sentido paternalista, mas como afirmação de sua liberdade. Uma sociedade, enfim, que não apenas reconheça de maneira irrenunciável e concreta a dignidade da mulher enquanto pessoa, como também valorize a contribuição preciosa à família, à cultura, à política, à ciência e à economia que só ela pode oferecer.

## Próximo governador vai encontrar tacho raspado

**S** seja quem for o eleito em 2018, o sucessor de Beto Richa terá imensas dificuldades de administrar o Paraná. Herdará, quem sabe, finanças um pouco melhores em relação a outros estados, claramente falidos. Em compensação, se até lá — e falta muito pouco tempo — a recessão nacional não tiver sido vencida e a arrecadação tributária estadual não crescer de modo substancial, o próximo governador encontrará esgotadas as fontes de onde Richa tirou dinheiro para manter a rotina, o custeio da máquina.

Desvendada a situação calamitosa em que se afundaram as contas estaduais durante sua primeira gestão (2011-2014), a segunda vem sendo conduzida à base de sucessivos pacotões. As várias medidas tomadas a partir da entrega da

Fazenda ao forasteiro secretário Mauro Ricardo da Costa tiveram em comum apenas o objetivo de recheiar os cofres públicos para cumprir as obrigações mínimas do custeio da máquina — pouco, muito pouco, para garantir um futuro sustentável e voltado para o desenvolvimento estadual.

Mal transcorrida a campanha eleitoral de 2014, quando o marketing fez o povo pensar que habitava no paraíso, começaram a aparecer a partir de 2015 vários pacotes, todos aprovados pela dócil Assembleia Legislativa, que impuseram:

- 40% de aumento do IPVA;

- 50% de aumento do ICMS;

- confisco de R\$ 150 milhões mensais da Paraná Previdência;

- transferência de 33,5 mil aposentados e inativos dos cofres do Tesouro para a responsabilidade da Paraná Previdência, o que já fez a instituição, em dois anos, perder mais de R\$ 3 bilhões

do patrimônio que garantiria solvência prolongada;

- criação do Caixa Único, que passou a recolher e fazer uso em despesas gerais de verbas antes carimbadas para fins específicos;

- para o mesmo Caixa Único, com autorização da Justiça, o governo passou a fazer uso de 50% dos depósitos judiciais, o que, em 2016, rendeu ao estado R\$ 300 milhões;

- o reajuste do funcionalismo foi parcelado ou adiado;

- manobras com ações da Sanepar e Copel também irrigaram o Tesouro em milhões.

Outras medidas pontuais de arrocho foram tomadas, todas com o intuito de “empurrar problemas com a barriga”. Mas sem dúvida o conjunto permitiu ao governo propagandear que o Paraná não sucumbiu à crise catastrófica que aflige, por exemplo, o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Em compensação, os tachos de onde brotavam verbas “extras” foram raspados, sem investimentos estruturantes e capazes de mudar a paisagem do estado no presente ou no futuro.

O próximo governador, que tomará posse dentro de pouco mais de ano e meio, terá dificuldades para inaugurar uma nova boa fase na história, com recursos (ou mesmo de onde tirá-los, já que se esgotaram as mais rendosas fontes) para recompor, no mínimo, os serviços básicos, obrigatórios e indelegáveis, como saúde, educação e segurança com algum grau de excelência.

### SORTE

O apresentador Ratinho, dono da Rede Massa, acaba de ganhar a concessão de mais uma emissora de televisão, agora em Francisco Beltrão. Homem de sorte, conseguiu ao mesmo tempo ser garoto-propaganda dos Correios, estatal sob comando do ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, fundador e líder do PSD, mesmo partido presidido no Paraná pelo deputado e secretário Ratinho Jr., que planeja ser candidato a governador. Ou a senador, depende.

### CRIMINOLOGIA

“Criminologia no Brasil — Cultura jurídica criminal na Primeira República” é o título do livro que a jurista Rebeca Dias lança neste sábado (6), às 17h, no Livraria da Vila do Pátio Batel. A obra retrata uma época que procurava manter os mecanismos legais e jurídicos para que as classes dominantes se protegessem das “classes perigosas”, os pobres de modo geral.

### Caos, o deus da desordem, manda sinais

**E**remildo é um idiota supersticioso. Ele desconfia que o deus Caos, príncipe da desordem, está mandando sinais para os brasileiros.

Na tarde de quarta-feira a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal mandou soltar o comissário José Dirceu, condenado a 32 anos de cadeia. Ele estava trancado no Complexo Médico-Penal de Pinhais, onde era guardado por agentes penitenciários.

Horas depois, em Brasília, dezenas de agentes penitenciários, alguns deles armados, invadiram dependências da Câmara, estouraram duas bombas e obrigaram os deputados a adiar uma sessão que discutia a reforma da Previdência.

Na Câmara, a Comissão de Segurança Pública aprovou o projeto que concede anistia aos policiais militares que se amotinaram em fevereiro no Espírito Santo. Quando Vitória ficou entregue à bandagem, apareceram radicais de ocasião com o discurso da lei e da ordem. Oportunismo, pois todos os motins anteriores acabaram em anistias, com os radicais fingindo que não prestam atenção. A última anistia, para os envolvidos em motins em 19 estados, foi aprovada pelo Congresso e vetada por Dilma Rousseff. Em junho, durante o governo de Temer, o veto foi derrubado e a anistia, promulgada. Ninguém deu um pio.

Na manhã de quinta-feira a associação dos oficiais da PM de Goiás homenageou com um café da manhã o capitão Augusto Sampaio de Oliveira, que arrebitou a cara de um manifestante durante a greve do dia 28. A conduta do capitão foi registrada, ao vivo e a cores. O ilustre militar nunca foi punido por condutas impróprias, apesar de sua ficha registrar que se envolveu em quatro casos de agressão, inclusive contra menores de idade.

A vítima do capitão homenageado passou por duas cirurgias, ficou cinco dias em estado de coma e continua em estado grave.

### AVISO PRÉVIO

A decisão do Supremo, facilitando a degola de governadores pelo Superior Tribunal de Justiça, botou alguns governadores na carroça que leva maganos à guilhotina. O mineiro Fernando Pimentel é o primeiro da fila. Atrás dele, vem Marcelo Miranda, de Tocantins.

Em terceiro lugar, atropelando, está o governador Pezão, com a desgraça do Rio de Janeiro.

Já começaram as sondagens para a dispensa de Pezão. No lance o vice Francisco Dornelles renuncia, o presidente da Assembleia, Jorge Picciani, sai da frente e realizam-se eleições em 90 dias.

### TOGA JUSTA

A decisão do ministro Edson Fachin de jogar o julgamento do habeas corpus do comissário Antonio Palocci para os onze ministros do Supremo Tribunal criou uma toga justa no excelso pretório.

Pelo menos três ministros acharam que ele fez uma gambiarra canhestra, pois sofreria uma nova derrota na segunda turma, onde os votos de Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Lewandowski abriram uma política de celas limpas na Lava Jato. Olhada por outro prisma, Edson Fachin propôs a melhoria da qualidade do julgamento, aumentando o número de cabeças responsáveis pela sentença.

Num colegiado onde a soma dos egos ultrapassa a dimensão do universo, entrou-se num parafuso. A defesa de Palocci apresentou um recurso junto à segunda turma propondo a derrubada da iniciativa de Fachin e lá ele está em minoria. Se a trinca que formou a maioria derrubar a proposta, radicaliza-se o clima de feijoada que se instalou no Tribunal.

Nesse clima, só a entrada de um mágico salvará a harmonia do colegiado.

06 MAI 2017

07 MAI 2017

# GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

## Barbaridade

O Pablo EscoBar, na Rua Trajano Reis, no São Francisco, foi fechado nesta sexta-feira por determinação da 12ª Vara Cível de Curitiba. A interdição do bar, em caráter liminar, é por danos ambientais, poluição sonora e falta de documentos. A decisão atende a pedido do Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente de Curitiba. Na ação civil pública, ajuizada no final de abril, o MP destaca que recebeu denúncia anônima de um vizinho do estabelecimento, que teria reclamado de festas realizadas nos finais de semana, com muito barulho, "gritarias, bebedeiras, quebras de garrafas e brigas, inclusive com armas". A reclamação também mencionava o bloqueio da calçada com mesas e cadeiras.

## COLUNA DO LEITOR

### STF 1

Quem é Gilmar Mendes para chamar os membros da força-tarefa da Lava Jato de juvenis? Eles são exemplos de retidão, competência, lisura no cumprimento do dever, sábios e concursados, com passado ilibado, honestos e patriotas, lutando contra os assaltantes e traidores da pátria brasileira. Nenhum deles tem suas esposas trabalhando com os bandidos assaltantes do dinheiro público. Eu acredito que eles teriam coragem de se submeter a uma avaliação pública pelo povo brasileiro; Gilmar Mendes teria?

**Benone Augusto de Paiva**

### STF 2

Não fico mais surpreso com decisões dos ministros do STF, pois todos foram indicados por ex-presidentes da República. Enquanto for mantida essa forma de escolha para os cargos no Supremo, continuaremos nesse marasmo. Por que os ministros não são selecionados via concurso independente? Como um ex-presidente pode indicar um ministro e correr o risco de, anos depois, ser julgado pelo mesmo?

**Luciano C. Queiróz**

### STF 3

A desejável saída da crise política, pela qual tanto ansiamos como nação, presuppõe credibilidade no Poder Judiciário. E o STF vem se esforçando por cair em descrédito. É essa a conclusão inevitável de uma deliberação apertada, de três votos a dois, em matéria de tamanha sensibilidade social que não mereceu

# GAZETA DO POVO

## O depoimento

### de Lula

**S**alvo um novo adiamento em cima da hora, nesta quarta-feira o ex-presidente Lula deve depor ao juiz federal Sergio Moro, na qualidade de réu na ação em que é acusado de ocultar o fato de ser o real proprietário do famoso triplex do Guarujá — o imóvel seria parte da propina paga a Lula pela empreiteira OAS, em troca de contratos com a Petrobras. O depoimento, por si só, já assume contornos explosivos: basta ver a maneira como Lula se conduziu em um outro depoimento, ao juiz Ricardo Leite, em Brasília; ou lembrar da estratégia de advogados de defesa de Lula que, durante depoimentos de testemunhas, tentaram repetidas vezes tirar Moro do sério e provocar uma reação que desse margem a acusações de abuso de autoridade.

Mas já é certo que a disputa não se restringirá às dependências da Justiça Federal em Curitiba onde Lula dará seu depoimento: mesmo antes do adiamento, quando a presença do ex-presidente estava marcada para o último dia 3, já se prometia uma “invasão” de partidários de Lula e do Partido dos Trabalhadores — as estimativas variam, chegando a até 50 mil pessoas. Com a decisão de Moro, a mobilização só mudou de data. E as autoridades têm trabalhado em um esquema de segurança que garanta os direitos de todos os envolvidos e afetados pela aglomeração prometida.

E o direito à manifestação é uma garantia constitucional que independe de nossas preferências político-partidárias. Lamentamos profundamente que, depois de tudo que Lula e o PT fizeram ao país, ainda haja grande número de pessoas dispostas a tomar as ruas em sua defesa, mas é seu direito legítimo fazê-lo. Por mais que discordemos das avaliações da militância petista sobre a conduta do juiz Moro e do discurso vitimista de “perseguição política” contra o partido e o ex-presidente, os manifestantes que vierem a Curitiba estarão dentro do seu direito de expor

tais convicções, até porque o poder desta massa reunida não irá muito além disso — afinal, se há alguma esperança de intimidar Moro com uma presença massiva de militantes, a firmeza do juiz federal rapidamente dissipará qualquer ilusão nesse sentido.

Por outro lado, se os que virão a Curitiba defender Lula têm todo o direito à manifestação e à liberdade de expressão, eles não têm o direito de deixar sua mobilização degenerar em violência e quebra-quebra. Infelizmente, muitas das manifestações recentes da esquerda terminaram com algum grau de vandalismo — o caso mais recente foi o dos protestos em algumas capitais durante a “greve geral” de 28 de abril. O respeito à democracia exige que, ao exercer seus direitos, as pessoas não desrespeitem ou impeçam os direitos dos demais.

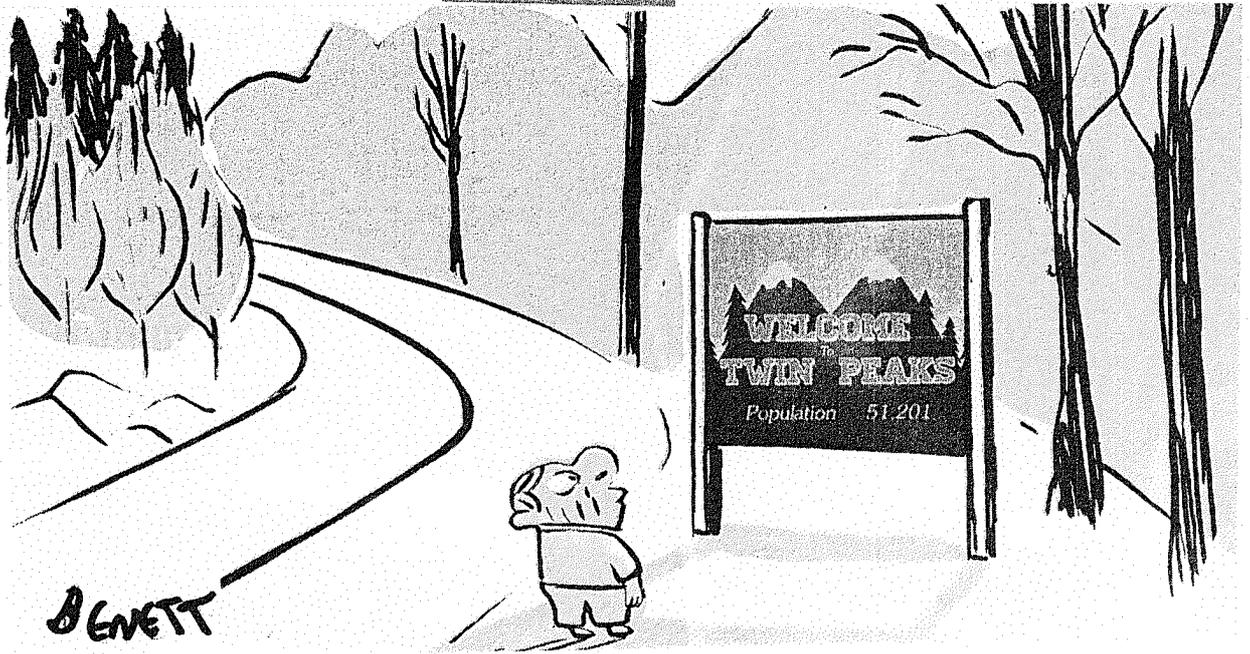
Já do lado dos grupos contrários ao petismo e que apoiam a Operação Lava Jato, vemos com preocupação o fato de alguns deles estarem organizando atos no dia 10, também nas proximidades da Justiça Federal. Esse é o tipo de provocação que não tem a menor chance de terminar bem, e que justifica uma intervenção mais firme do poder público. A orientação da Secretaria de Estado da Segurança Pública até o momento é a de que os grupos se concentrem em locais diferentes e distantes (fala-se na Boca Maldita para os petistas e no Centro Cívico para os defensores da Lava Jato), mas o ideal seria manter a política que vem sendo seguida desde o início das grandes manifestações pelo impeachment, evitando protestos antagônicos no mesmo dia, ainda que em locais diferentes. Há outras maneiras de demonstrar descontentamento com as práticas e as plataformas de Lula e do PT sem ter de correr o risco de um confronto direto em que, no fim, todos saem perdendo.

Partidários do PT, opositores do ex-presidente Lula, autoridades da segurança pública: todos têm sua parcela de responsabilidade para que os eventos de quarta-feira transcorram de forma pacífica — uns, pelo seu comportamento; outros, pela ação inteligente na manutenção da ordem. Só assim a democracia, presente nos discursos de todos os lados, transcenderá os slogans para se mostrar vencedora na prática.

08 MAI 2017

GAZETA DO POVO

BENETT



08 MAI 2017

# GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

## Força à Força-Tarefa

**A** Força Tarefa da Operação Lava Jato será homenageada pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) no Dia da Indústria. O grupo de trabalho composto pelo Ministério Público Federal, Polícia Federal, Receita Federal e Justiça Federal vai receber o troféu Pinheiro de Ouro. Segundo disse à coluna o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, é um reconhecimento “aos que, por meio do trabalho e dedicação, representam ideais e modelos a serem seguidos”. A premiação ocorre no dia 29 de maio, no Campus da Indústria, em Curitiba.

## Pró paz

“Curitiba se prepara para o grande embate da Operação Lava Jato que coloca frente a frente o ex-presidente Lula e o juiz Sergio Moro, no próximo dia 10 de maio. E os olhos do País se voltam para nossa cidade, transformada numa arena, onde militantes prometem medir forças nas ruas. [...] Penso que nós curitibanos deveríamos refletir sobre esse acontecimento incomparável. E que resume a situação maior, o patamar ao qual a sociedade brasileira foi alçada por conta de um juiz corajoso e a força-tarefa de investigação do Ministério Público e da Polícia Federal. O primeiro equívoco, aparentemente inevitável, é a transformação de uma audiência judicial quase num Fla x Flu, com previsão apoteótica. Trecho da nota “Lula x Moro: Um passo à frente” enviada à coluna pelo presidente do Movimento Pró Paraná, Marcos Domakoski, sobre a audiência desta quarta-feira do ex-presidente Lula com o juiz Sergio Moro, em que endossa o pedido de Moro feito nas redes sociais para que os apoiadores da Lava Jato evitem confrontos com os defensores de Lula.

## COLUNA DO LEITOR

### STF

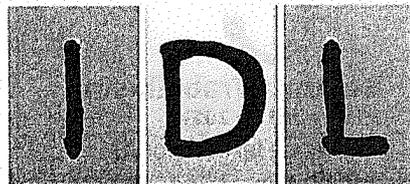
O que podemos esperar de um governo – seja o atual, seja o anterior – cuja incompetência permite que as principais decisões sejam ditadas pelo egocentrismo dos membros do STF? Alguns bradando aos quatro ventos sua sábia deliberação ao libertar os presos da Lava Jato. Nada: esse é o preço que pagamos aos interesses de políticos cuja atuação vai de encontro ao futuro do país.

**Rene da Cruz Belem**

**08 MAI 2017**

**GAZETA DO POVO  
QUARTA-FEIRA,  
10 DE MAIO,  
DIA DE VESTIR  
CURITIBA DE  
VERDE E AMARELO**

O Instituto Democracia e Liberdade (IDL), convida todos a colorir a nossa cidade no dia em que o ex-presidente Lula irá depor perante o juiz Sérgio Moro. Vamos mostrar nosso espírito cívico e patriótico e transformar a nossa República de Curitiba em verde e amarelo. Vista-se com as cores do Brasil, coloque a bandeira na sua janela, carro ou motocicleta. Este será um ato de apoio à Lava Jato.



**INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE**  
A serviço da cidadania.

APÓIO  
**GAZETA  
DO POVO**

06 MAI 2017

07 MAI 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Estado recupera só 1,3% dos R\$ 2 bi das atuações na Publicano

*Dois auditores da Receita  
Estadual do Paraná, lotados em  
Curitiba, foram demitidos em  
razão de irregularidades*

Loriane Comeli

*Reportagem Local*

Apenas 1,3% do que as forças-tarefas da Corregedoria da Secretaria Estadual de Fazenda, órgão ao qual a Receita Estadual do Paraná é subordinada, apontaram de irregularidades fazendo a revisão das fiscalizações em 321 empresas envolvidas na Operação Publicano – que apura um megasquema de corrupção e sonegação fiscal – foram recuperados pelo Estado. Empresários autuados pagaram ou parcelaram R\$ 27.194.134,42, o que corresponde a 1,3% do montante de R\$ 2.081.641.491,34 apontado pelas três forças-tarefas e que se refere aos últimos cinco anos.

Do total, conforme o balanço parcial até 28 de abril, encaminhado à FOLHA pela Corregedoria da Receita, R\$ 630,5 milhões se referem ao imposto não recolhido; R\$ 183,7 milhão são os juros; e a maior parcela é a que se referem às multas incidentes em caso de sonegação – R\$ 1,3 bilhão. O valor é proveniente de 722 autos de infração.

A Operação Publicano foi deflagrada em março de

2015 pelo núcleo de Londrina do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e levou dezenas de auditores à prisão – ao todo, 73 foram detidos com integrantes do esquema, além de centenas de empresários, empresas e contadores. A investigação se converteu em sete ações criminais e 15 por improbidade administrativa.

A primeira delas, na esfera penal, já teve sentença. O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nannucio, condenou 42 pessoas, incluindo o auditor apontado como líder do esquema, Márcio de Albuquerque Lima (97 anos de reclusão), e o ex-auditor Luiz Antonio de Souza (49 anos de reclusão), principal delator do esquema.

A Corregedoria da Receita Estadual também instaurou processos disciplinares (PAD) contra os auditores envolvidos, mas apenas um foi concluído até agora e resultou na demissão de Souza.

### MAIS DEMISSÕES

Dois auditores da Receita Estadual do Paraná, lotados em Curitiba, foram de-

mitidos em razão de irregularidades cometidas no exercício da função. Os decretos assinados pelo governador Beto Richa (PSDB) foram publicados na edição de 26 de abril do Diário Oficial do Estado.

Os decretos informam que José Antonio Piemonte e Wilson Roberto de Azevedo foram demitidos porque usaram o cargo para “lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função” e revelaram “dolosa e indevidamente informação protegida por sigilo, da qual tem ciência em razão do cargo ou função”.

A Corregedoria não ofereceu detalhes sobre as condutas dos auditores. Apenas informou que sindicâncias contra eles foram instauradas em 2014 e, em julho de 2015, os PADs, que foram instruídos com documentos obtidos pela Operação Fractal, deflagrada em abril de 2013 pela Polícia Federal, para apurar crimes de contrabando e descaminho praticados por empresas, com a participação de servidores públicos.

**CONTINUA**

06 MAI 2017

07 MAI 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

A época, a PF informou que investigava o esquema – que se valia de um “braço armado” formado por policiais militares lotados, em sua maioria, em rotas de contrabando no Noroeste do Paraná – desde 2010, após representação do Ministério Público Federal de Umuarama.

A Justiça Federal de Umuarama autorizou o compartilhamento de provas com a Corregedoria, inclusive as obtidas por meio interceptação telefônica e quebra de sigilo de dados.

Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Fazenda, eles não estão mais trabalhando desde a publicação dos decretos. Aos dois, cabe pedido de reconsideração ao governador. A reportagem deixou recado a Piemonte, em sua residência, mas ele não deu retorno. Azevedo não foi localizado.

# FOLHA DE LONDRINA 06 MAI 2017

## OPINIÃO DO LEITOR

# 07 MAI 2017

### **Indignação nacional**

Até que me provem o contrário, o juiz Sérgio Moro é um cidadão exemplar, ciente das suas obrigações e altamente capacitado em sua profissão. Os brasileiros devem muito a este homem, que vem lutando pela dignidade da verdadeira justiça, sendo um dos raros líderes que surgiu na história do nosso país. Indubitavelmente, ele vem colocando os verdadeiros pingos nos "is", esforçando-se para que o nosso Brasil se veja livre dos corruptos e demais criminosos, que nos afrontam e comprometem o nosso futuro. É lamentável que alguns daqueles, que vêm demonstrando não serem dignos de viverem em nossa comunidade, estejam sendo favorecidos por decisões inusitadas. Parece-me haver um complô, que se utiliza de forças ocultas, para impedir que uma ampla limpeza seja feita no nosso país. Esses delinquentes estão recebendo um tratamento mais diferenciado, do que muitos daqueles que foram condenados por muito menos motivos. Tenho grande respeito pelos guardiões da nossa alta Justiça, mas faço um apelo para que o bom senso e a verdadeira justiça, prevaleça e premie os anseios da população, consciente de seus valores e da qual sou representante. Não poderemos ser integrantes de uma verdadeira nação, enquanto formos submetidos à cobrança de escorchantes impostos, que servem para encobrir a má gestão pública e a corrupção. Nunca perderei a esperança de que um dia possamos deixar de ser fantoches dos políticos sem escrúpulo, bem como de deixarmos de ser sujeitos às reformas improvisadas e submetidos a certas leis tendenciosas.

MARCOS DOMINGUES DA SILVA (engenheiro aposentado) - Londrina

### **Quadrilheiros à solta**

E ainda querem aumentar para 50 o número de partidos políticos. Realmente 32 é muito pouco! Há a necessidade urgente para que isso aconteça, já que o país é o maior em extensão territorial da América Latina. Só que no Brasil podemos resumir com a seguinte regra de três: quanto mais coça, mais aumenta a coceira, conseqüentemente o número de chupanças também. A economia do país, bem como a política e demais excrescências estão sepultando esse gigante adormecido chamado Brasil. A Justiça justa prende e aqueles ministros do STF (os de sempre) mandam soltar. Como é de costume agem como verdadeiros defensores de bandidos. Segundo o artigo 101 da Carta Magna, o Supremo Tribunal Federal é composto por onze ministros, escolhidos dentre cidadãos de mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade e notável "saber jurídico e reputação ilibada. Engraçado, notável saber jurídico, mas cada um pensa de um modo; agora reputação ilibada? Segundo o "Aurélio", ilibado significa: puro, imaculável, impecável. Pelo jeito, alguns ministros desconhecem o significado desses adjetivos ou se fazem de mortos!

WILSON OLIVEIRA TRINDADE (bacharel em Direito) - Londrina

### **Crime do colarinho branco**

Esses fatos envolvendo a liberdade de criminosos já condenados em primeira instância na Lava Jato, via STF, merece um olhar mais apurado de nossos legisladores. É inaceitável, mas é legal a liberação de réus em fase processual, uma aberração de nossa jurisprudência. Defendo uma mudança radical neste tipo de crime. Deveria ser equiparado a crimes hediondos. Havendo denúncia e condenação em primeira instância, o réu deveria aguardar em regime de reclusão. Tomo como base ser esse réu pertencer a classe social e cultural ascendente para entender que seus atos criminosos matam tal qual o traficante de drogas, mata sonhos de uma sociedade mais justa, afetando principalmente os mais necessitados que ficam subordinados à ajuda de entidades filantrópicas. Imagine os bilhões de reais de recursos públicos que estes "bandidos" de colarinho branco desviaram sendo investidos na saúde e na educação?

LUIZ FURTADO (vendedor) - Londrina

06 MAI 2017

07 MAI 2017

# FOLHA DE LONDRINA

DECISÃO DE FACHIN SOBRE PALOCCI REVOLTA  
SEGUNDA TURMA DO SUPREMO



- Você mexeu com a segunda turma errada...

08 MAI 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Moro pede a apoiadores da operação para não irem a Curitiba

Victor Aguiar e  
Mariana Lima  
Agência Estado

**São Paulo** - Em vídeo divulgado nas redes sociais, o juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância, solicitou aos simpatizantes da operação que não compareçam a Curitiba na próxima quarta-feira, dia 10 de maio, data em que está marcado o interrogatório do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Eu tenho ouvido que muita gente que apoia a Operação Lava Jato pretende vir a Curitiba manifestar esse apoio", disse Moro. "Eu diria o seguinte: esse apoio sempre foi importante, mas, nessa data, ele não é necessário".

Segundo o juiz, deve-se evitar qualquer tipo de "confusão e conflito" e zelar pela segurança das pessoas, para que ninguém se machuque em eventuais discussões nesta data. "O interrogatório é uma oportunidade que o senhor ex-presidente vai ter para se defender, é um ato normal do processo. Nada de diferente ou anormal vai acontecer nessa data, apenas esse interrogatório", pondera Moro.

Originalmente, o interrogatório de Lula estava previsto para o dia 3 de maio, mas foi remarcado por Moro para 10 de maio a pedido da Secretaria de Segurança Pública do Paraná e da Polícia Federal. As corporações alegaram necessidade de mais tempo "para

providências de segurança" diante de manifestações populares que poderiam ocorrer em Curitiba.

Na ação, Ministério Público Federal sustenta que Lula recebeu R\$ 3,7 milhões em benefício próprio - de um valor de R\$ 87 milhões de corrupção - da empreiteira OAS entre 2006 e 2012. As acusações contra Lula são relativas ao recebimento de vantagens ilícitas da empreiteira OAS por meio do triplex no Guarujá, no Solaris, e ao armazenamento de bens do acervo presidencial, mantido pela Granero de 2011 a 2016.

"A minha sugestão é: não venha, não precisa. Deixe a Justiça fazer o seu trabalho, tudo vai ocorrer com normalidade. Eu espero que todos compreendam", finalizou Moro, no vídeo. O material foi publicado por volta das 21 horas de sábado (6) e republicado minutos depois na mesma página. Juntos, os dois vídeos já registraram quase 2 milhões de visualizações e mais de 92 mil compartilhamentos.

### MOBILIZAÇÃO

Nas redes sociais, grupos apoiadores da operação e pessoas favoráveis a Lula se organizam para fazer manifestação em Curitiba durante o interrogatório. O Movimento Brasil Livre (MBL), que figura entre os grupos mais ativos em apoio a Moro, disse que não está promovendo nenhuma organização oficial de protesto, mas que seus representantes estarão

em Curitiba acompanhando a oitiva. A porta voz do movimento Nas Ruas, Carla Zambelli, em declaração pública, também pediu aos seguidores para não irem a cidade, para evitar confrontos.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) disse que não está promovendo a organização de caravanas. Já o grupo Frente Povo Independente usou a internet por meio de um site de financiamento coletivo para garantir o pagamento de dois ônibus fretados rumo a Curitiba. Foram arrecadados R\$ 8,5 mil em doações.

Na terça-feira, véspera do depoimento, Lula e apoiadores vão participar de um culto ecumênico na Catedral Metropolitana de Curitiba. Entre os confirmados no ato de apoio e solidariedade ao ex-presidente está a direção nacional do PT, dezenas de deputados, senadores e ex-ministros.

08 MAI 2017

## FOLHA DE LONDRINA

### OPINIÃO DO LEITOR

#### **Caso José Dirceu**

Parecia que o ministro Gilmar Mendes, do STF, estava blefando ao dizer que os elementos da força-tarefa da Lava Jato estavam brincando, que são jovens sem experiência quando ofereceram a terceira denúncia contra o personagem em questão (que moral ele tem, não é mesmo?). Mas se José Dirceu, solto, continuar recebendo propina (como ele já fez) é muito simples, é só descontar do ordenado desse ministro do STF. Não é de hoje que muita gente percebe decisões tendenciosas do STF e o motivo é claro: como eles são indicados por políticos, quando têm que decidir ou julgar sobre pessoas que foram ou são influentes nesse meio, quais fatores pesarão nas suas decisões? Muitos ministros que estão atuando hoje no STF foram indicados no governo Lula e Dilma em que o nosso personagem era ministro. Não vamos nos surpreender se no caso do ex-presidente Lula virar réu, ele não poderá contar com a ajuda de seus afilhados.

SWAMIVERONESI (músico) – Santo Antônio da Platina

06 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

# Juíza revoga prisão e líder do tráfico em SP se apresenta

Foragido da Justiça, após habeas corpus de um desembargador que acabou afastado, Capuava, do PCC, se pôs 'à disposição da Justiça'

*Alexandre Hisayasu*

A juíza Cláudia Vilibor Breda, da 2.<sup>a</sup> Vara Criminal de Santa Isabel, região metropolitana de São Paulo, revogou a prisão preventiva de Wellington Xavier dos Santos, o Capuava, apontado pela Secretaria da Segurança Pública como o maior traficante de São Paulo. A decisão é de 27 de abril. Ontem, ele se apresentou com advogado à Justiça.

Capuava estava foragido havia dois anos, depois que foi solto com um habeas corpus expedido pelo desembargador Otávio Henrique de Sousa Lima. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) constatou irregularidades na decisão do magistrado, descobriu outras decisões suspeitas e o aposentou compulsoriamente em setembro de 2016. A mesma juíza decretou novamente a prisão preventiva do acusado, mas Capuava nunca mais foi localizado.

O acusado havia sido preso em julho de 2015, em uma mansão na zona rural de Santa Isabel, ao lado de outros quatro suspeitos. Com eles, o Departamento de Investigações Sobre Narcóticos (Denarc) apreendeu 1,6 tonelada de cocaína pura, 898 quilos de produtos usados na mistura da droga, quatro fuzis, uma pistola automática e várias munições. Uma das armas é uma .50, capaz de derrubar até mesmo um helicóptero.

Na ocasião, o então secretário de Segurança Pública, Alexandre de Moraes, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que Capuava era "o maior traficante de São Paulo" e que a apreensão foi uma das maiores já registradas pela Polícia Civil. Capuava também estava na lista dos 12 criminosos mais procurados do Estado. De acordo com o Denarc, ele faz parte do Primeiro Comando da Capital (PCC).

**Razões.** Em seu despacho, a juíza Cláudia Breda considerou que, embora tenha negado no passado alguns pedidos de liberdade a Capuava, não há mais quesitos que sustentem a prisão preventiva. Ela destacou que a fase de instrução processual foi encerrada e não há mais riscos dele interferir na investigação. A magistrada também considerou que em 27 de abril - data do despacho - o processo tramitava havia 635 dias, o que extrapolava o prazo legal para a prisão preventiva, que é de seis meses.

Cláudia afirmou também que, embora foragido, Capuava foi representado por seu advogado em todas as audiências. E, com a revogação da prisão, a juíza acredita em um novo interrogatório do acusado "não apenas para extrair sua versão dos fatos, mas principalmente para lhe conceder o sagrado direito constitucional da ampla defesa e do contraditório". Ela ressalta que não é

um "adiantamento do mérito", mas que está seguindo entendimento de instâncias superiores do Poder Judiciário, que consideram a prisão uma exceção.

"Impede destacar que não obstante a gravidade dos fatos e toda a repercussão trazida pela magnitude de droga encontrada e dos delitos apontados na denúncia, ao longo desse biênio nenhum elemento foi trazido nos autos para evidenciar a periculosidade social do acusado", afirmou ela.

Por fim, a magistrada determinou a aplicação de medidas cautelares, como recolhimento domiciliar noturno após as 22 horas e pedido para não se ausentar da cidade onde mora por mais de 30 dias.

A assessoria de Imprensa do TJ-SP informou que a juíza não pode dar entrevista, de acordo com a Lei Orgânica da Magistratura, que a proíbe de comentar decisões sobre os seus processos. A reportagem não localizou os advogados. O Ministério Público disse que não foi notificado da decisão judicial e ainda vai estudar as medidas cabíveis.

06 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## Toffoli vai relatar pedidos de liberdade de réus na Lava Jato

Situação é inédita, já que habeas corpus sempre foram analisados pelo relator da operação no STF, Edson Fachin

**Breno Pires**  
**Beatriz Bulla** / BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli será o relator dos pedidos de liberdade feitos por dois empresários que estão presos preventivamente por decisão do juiz Sérgio Moro, da 13.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal. Flavio Henrique de Oliveira Macedo e Eduardo Aparecido de Meira pediram que a ordem de soltura do ex-ministro José Dirceu seja estendida a eles, sob alegação de que as prisões foram decretadas em situações semelhantes, na mesma ação penal, em sentença na qual os três foram condenados.

Toffoli foi o primeiro a votar pela soltura de Dirceu e, portanto, autor da tese vencedora. Por isso, ele será o responsável pela redação do acórdão do julgamento e também para outras “questões incidentes” no processo, como os pedidos de extensão. É o que prevê o regimento interno da Corte. O relator da Lava Jato no Supremo é o ministro Edson Fachin.

Assessores de ministros do STF disseram que Toffoli não se torna relator de toda a Lava Jato, mas apenas de casos ligados ao de Dirceu. No tribunal, a redistribuição da relatoria, nesta circunstância específica, foi considerada natural. A situação é inédita, já que, sob a condução do ministro Teori Zavascki, morto em acidente aéreo em janeiro, não houve pedido de extensão de habeas corpus no qual ficasse voto vencido.

A possibilidade de Toffoli conceder a extensão e libertar mais dois condenados na Lava Jato ocorre dois dias depois de o ministro Edson Fachin remeter ao plenário do STF a análise do pedido de liberdade do ex-ministro Antonio Palocci. O relator da Lava Jato levou o caso ao plenário após sofrer três derrotas consecutivas na Segunda Turma. Em todas, Toffoli e Fachin ficaram em lados opostos.

**Operação Vício.** Os advogados dos dois empresários, que são sócios da Construtora Credencial, alvo da Operação Vício, 30.<sup>a</sup> fase da Lava Jato, afirmaram que Macedo e Meira se encaixam nas condições previstas no Código de Processo Penal, que prevê a extensão de decisões a réus cuja situação concreta e processual seja idêntica àquele que conquistou o habeas corpus antes. Além dos dois empresários, há outros 17 réus nas duas ações penais em que Dirceu foi condenado. Entre eles, o ex-diretor da Petrobrás Renato Duque e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari.

A defesa de Macedo, ao comparar a situação do empresário com a de Dirceu, disse que “ambos aguardam o momento de apresentar as razões de apelação; os supostos fatos criminosos não são contemporâneos ao decreto prisional; e o requerente está preso por prisão cautelar por tempo desproporcional.”

Macedo e Meira têm habeas corpus à parte tramitando no STF. Eles estão recorrendo de decisões de Fachin de não dar seguimento aos pedidos. Nos dois casos, a Procuradoria-Geral da República se posicionou contra conceder a liberdade. Fachin ainda não respondeu aos agravos nestes casos.

06 MAI 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

VERA MAGALHÃES

### Duque não poderá recuar do que disse ao juiz Sérgio Moro

O depoimento do ex-diretor da Petrobrás Renato Duque diante do juiz Sérgio Moro contribui para fechar ainda mais o cerco ao ex-presidente Lula, enredado numa trama de corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e sistemática tentativa de obstrução à Justiça. Duque afirmou que está disposto a firmar um acordo de delação premiada, cujas conversas estão em curso. Não se tratou, portanto, de uma tentativa de mandar apenas um recado a Lula e ao PT: Duque não poderá recuar do que disse, sob pena de se complicar ainda mais nos processos aos quais já responde. Também cai por terra o discurso dos petistas que gostam de apontar conspirações a cada nova prova contra o ex-presidente, uma vez que Moro, logo no início do depoimento – que foi pedido pela defesa de Duque, é importante frisar –, advertiu o ex-diretor de todas as implicações caso inventasse algo em relação a alguém.

Na narrativa, Lula emerge como o “capo”, ciente de tudo e a orientar as queimas de arquivo. Aliás, não é a primeira vez na Lava Jato que o vemos desempenhando esse papel: nos grampos em que aparece orientando pressão sobre ministros do Supremo, na tentativa de impedir a delação de Nestor Cerveró por intermédio de Delcídio Amaral, na nomeação para a Casa Civil para ter foro privilegiado e na narrativa de Léo Pinheiro, da OAS, Lula está sistematicamente agindo para obstruir investigações. A delação de Duque encrenca Lula quando o PT achava que a onda de habeas corpus no STF evitaria a fala tóxica de Antonio Palocci. O tiro saiu pela culatra duas vezes: esqueceram de blindar o elo mais fraco da “máfia”.

### Ex-ministro recorre para ‘fugir’ do plenário do STF

● A defesa de Antonio Palocci recorreu da decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, de levar a plenário o julgamento do habeas corpus do ex-ministro. O advogado José Roberto Batochio disse que a decisão é “desfundamentada” e fere a competência da Segunda Turma para julgar o pedido – o colegiado é responsável pelos casos da Lava Jato. Segundo Batochio, Fachin não explicou o motivo para o “deslocamento” da competência da Segunda Turma.

Como mostrou ontem o Estado, a discussão sobre as prisões preventivas da Lava Jato deve dividir o plenário do Supremo. No entanto, o entendimento pela manutenção das detenções, defendida por Fachin, tem maior chance de prevalecer entre os 11 ministros da Corte. / B.P.

SÔNIA RACY

### Disputa em casa

José Dirceu está sendo vítima de disputa... em família. Ao receber Gilberto Carvalho ontem, ele ouviu a filha mais nova, Maria Antonia, de 6 anos, reclamar com a visita: “Já pode ir embora, quero meu pai só pra mim”.

### Pixulecos

Depois de inflar o boneco de Dirceu em frente à casa dele em Brasília, anteontem, o movimento Nas Ruas promete colocar um boneco de... Gilmar Mendes diante do STF na próxima terça.

Prevendo possíveis reações, o grupo entrará com mandado de segurança para o ato.

# O ESTADO DE S. PAULO

LUIZ WERNECK VIANNA

07 MAI 2017

## O Terceiro Gigante e nós

**N**ada de novo sob o sol, de há muito se sabia, pela experiência de outros países e pela bibliografia que se dedicou ao estudo dos seus casos, ser explosiva a combinação da ação de juizes com a da mídia, bem diagnosticada ainda em 1996 por Antoine Garapon, magistrado e pesquisador francês, no marcante *Le Gardien des Promesses* (Paris, Odile Jacob; há tradução). Hoje vivenciamos uma situação radicalizada dessa relação, talvez sem paralelo noutros casos nacionais, personagens involuntários de uma dramaturgia de autoria indefinida e que mantém como insondáveis os rumos do enredo que se vai tecendo ao sabor das circunstâncias.

Aqui e ali se deixam entrever algumas motivações que surgem como efeitos colaterais das ações desses dois atores que dominam a cena, quer as personalíssimas, como a de aventureiros com olhos fitos na próxima sucessão presidencial, quer as que se presumem de largo alcance, como o da convocação de uma Assembleia Constituinte a fim de remodelar a vida institucional diante do que seria um alegado anacronismo da Carta de 88. Dessa forma, com mão de gato, há quem procure extrair vantagens em meio às ruínas do que nos sobra da vida republicana. No caso, vale a pergunta: juizes e procuradores – especialmente estes – podem se voltar contra uma Constituição que lhes concedeu papel de centralidade na política e na vida social?

Os magistrados estão presentes em lugar estratégico na cena pública desde o Império, quando, sob a inspiração do visconde do Uruguai, ministro da Justiça e respeitado es-

**Presença mais robusta do Judiciário na política pode levar a um temível governo de juizes**

pecialista em Direito Administrativo, com base num diagnóstico sobre a natureza fragmentada e insolidária da nossa sociedade se formulou a política de levar aos sertões as luzes que informariam a política do Estado, processo estudado por Ivo Coser no seu trabalho sobre a obra daquele estadista (*Visconde do Uruguai*, Belo Horizonte, UFMG, 2008).

O Estado teria braços curtos e seria por meio da ação de juizes nomeados à sua discrição para as Províncias que deveria cumprir a missão pedagógica de incorporar à obra civilizatória o atraso incivil reinante na sociedade. José Murilo de Carvalho, em *A Construção da Ordem* (Rio de Janeiro, Campus, 1980), demonstrou com lastro empírico como a magistratura se comportou como um dos principais construtores do jovem Estado-nação, ator decisivo, para o bem e para o mal, na obra da unidade nacional.

Marcas de origem, ensinou Tocqueville, nunca se esquecem. E assim, embora a República tenha investido a corporação militar do papel de protagonismo antes desempenhado pelos juizes, a corporação desses profissionais, particularmente a partir da Revolução de 1930, foi deslocada para o exercício de papéis centrais no processo da modernização econômica e social do País. Com efeito, foi confiada a um ramo novo do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho, a tarefa estratégica de harmonizar os conflitos próprios à ordem urbano-industrial, então em franca expansão. Não se pode contar a História moderna do País sem

ele. Estão aí a monumentalidade de suas sedes e a poderosa rede com que recobre o mundo do trabalho.

A Carta de 88, se importou em descontinuidades significativas quanto às tradições herdadas da nossa modernização autoritária, não só preservou, em suas linhas gerais, a jurisdição do Judiciário Trabalhista sobre o mundo do trabalho, como ampliou em larga medida a capacidade de influência das instituições judiciais sobre a vida política e social. No caso, não podem ficar sem citação o controle constitucional das leis e a criação do Ministério Público como agência autônoma do Estado e investida do papel de defesa dos direitos dos cidadãos. Ao longo do tempo, as categorias profissionais originárias desse campo – juizes, procuradores e defensores públicos – erigiram uma forte vida associativa, exercendo influência até mesmo na socialização dos seus quadros.

A judicialização da política e de aspectos relevantes da vida social, como os das relações afetivas, agigantou a presença do Poder Judiciário na cena republicana, ao passo que a natureza benfazeja de muitas de suas decisões legitimou junto à opinião pública o crescente ativismo judicial. Ao lado disso, um Poder Legislativo cada vez mais atado ao Executivo pelo sistema do presidencialismo de coalizão que se praticava em meio a uma profusão de legendas partidárias, boa parte delas sem vínculos com a vida social, perdia substância e se deixou enredar na malha burocrática do aparelho estatal e em suas práticas, inclusive nas viciosas.

**CONTINUA**

07 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Reduzidos aos papéis de despachantes e de administradores de nichos de interesses, nossos parlamentares, salvo exceções, perderam capacidade de vocalizar os sentimentos e expectativas de uma sociedade em mudanças.

A operação Lava Jato, no fundo uma também benfazeja intervenção judicial sobre o sistema político, com forte sustentação na mídia e em setores da opinião pública, tem pela frente, nessas condições, um terreno macio que garante sua continuidade e seu aprofundamento. Mas ela e o Poder Judiciário em geral, por definição, não têm o condão de produzir uma alternativa ao que ora removem – seus quadros dirigentes são estrangeiros na política e se exprimem em idioma próprio.

Nesse denso nevoeiro em que estamos imersos, ao menos já se pode divisar na linha do horizonte uma ainda mais robusta presença do chamado Terceiro Poder na vida republicana, com muitos dos seus quadros, ativos e inativos, migrando para a cena política aberta, que, se não encontrar obstáculos no que nos resta em nossas organizações políticas, pode levar-nos a um temível governo de juízes.

Que a Lava Jato faça o que lhe cumpre. O que cabe a nós, da sociedade civil, é soerguer a política e suas instituições a serviço de uma sociedade animosa como a nossa.



SOCIÓLOGO, PUC-RIO

Celso Antônio Três, procurador da República, responsável pelo caso Banestado

# 'Janot está criminalizando a política'

Procurador do caso Banestado elogia a Operação Lava Jato, mas propõe ajustes na atuação da força-tarefa

**Luiz Maklouf Carvalho**

ENVIADO ESPECIAL  
NOVO HAMBURGO (RS)

"Não fui convidado (para integrar a força-tarefa da Lava Jato) e por isso continuo por aqui", diz o procurador da República Celso Antônio Três em sua sala do Ministério Público Federal (MPF) de Novo Hamburgo, a 48 quilômetros de Porto Alegre. Três foi, nos anos 1990/2000, um dos principais responsáveis pela descoberta, apuração e denúncia de um megaescândalo precursor da Operação Lava Jato – o chamado caso Banestado, bilionário esquema de evasão de divisas por meio das chamadas contas CC5.

Então baseado em Cascavel, no Paraná, atuou, entre outros, com os colegas procuradores Carlos Fernando dos Santos Lima e Januário Paludo, hoje integrantes da força-tarefa sediada em Curitiba. Um dos juízes do caso, na mesma Cascavel, era Sérgio Fernando Moro, depois responsável pela Lava Jato na primeira instância da Justiça Federal. Entre os sentenciados por ele estava o doleiro Alberto Youssef – o delator que cevou a Lava Jato. Três recebeu o Estado em Novo Hamburgo, onde está desde 2011.

"Jamais na história do Brasil a função pública foi tão escandalosamente utilizada para enriquecimento pessoal", escreveu, naqueles idos, sobre os escândalos de então, suplantados pela Lava Jato. Sem poder

oferecer sua experiência ao que chama de "a maior e mais importante investigação da história", tornou-se crítico do que considera falhas, exageros e açodamentos da força-tarefa do MPF – em Curitiba ou em Brasília.

● **Como o sr. está vendo a atuação de seus colegas procuradores na força-tarefa da Lava Jato?**

Os colegas que estão fazendo a Lava Jato já têm um lugar na história – porque realmente é uma grande obra, e merecem todos os louvores. Mas aí vem a maneira de fazê-lo, e isso faz toda a diferença.

● **O que é que vai mal com a maneira de fazer?**

A forma de conduzir. A título de punir ato de corrupção de políticos, o nosso chefe, procurador-geral da República, Rodrigo Janot, está criminalizando a política. E política continua sendo a alma do estado democrático de direito.

● **Explique melhor.**

● **Atuação**

"O Brasil é movido a tsunamis. E o Supremo surfa na onda. O (ministro Edson) Fachin é uma pessoa corretíssima? Sem dúvida. O (procurador-geral, Rodrigo) Janot também é. Mas a onda leva. Se você desmoraliza o político, quem vai aparecer é o vácuo."

"Não tem corrupção no Ministério Público? Tem. O que fazer? Entrar com uma ação para acabar com o Ministério Público? Não. O partido é essencial num estado democrático. Quem tem de responder são as pessoas físicas."

Essa generalização dissemina a desconfiança no exercício da política. Não tem corrupção no Ministério Público? Tem. Menor, mas tem. O que nós vamos fazer? Entrar com uma ação para acabar com o Ministério Público? Não. Ora, o partido é essencial num estado democrático. Quem tem de responder são as pessoas físicas.

● **O procurador-geral tem mandado pedidos de investigação para o Supremo – e este tem homologado a maioria dos pedidos.**

O Janot é soberano, não existe recurso contra ato dele. Se ele pedir arquivamento para o Supremo, não tem como deixar de aceitar. Então ele tem essa responsabilidade de só levar coisas que tenham consistência e possibilidade concreta de resultar em uma denúncia.

● **Não é o que tem acontecido?**

Antes de mandar para o Supremo o Janot deveria depurar unicamente atos criminosos, e não ampliar para a criminalização da própria política. Está errado mandar para o Supremo fatos que nem sequer são descritos como crimes na lei, que estão inelutavelmente prescritos.

● **E por que o STF tem aceitado?**

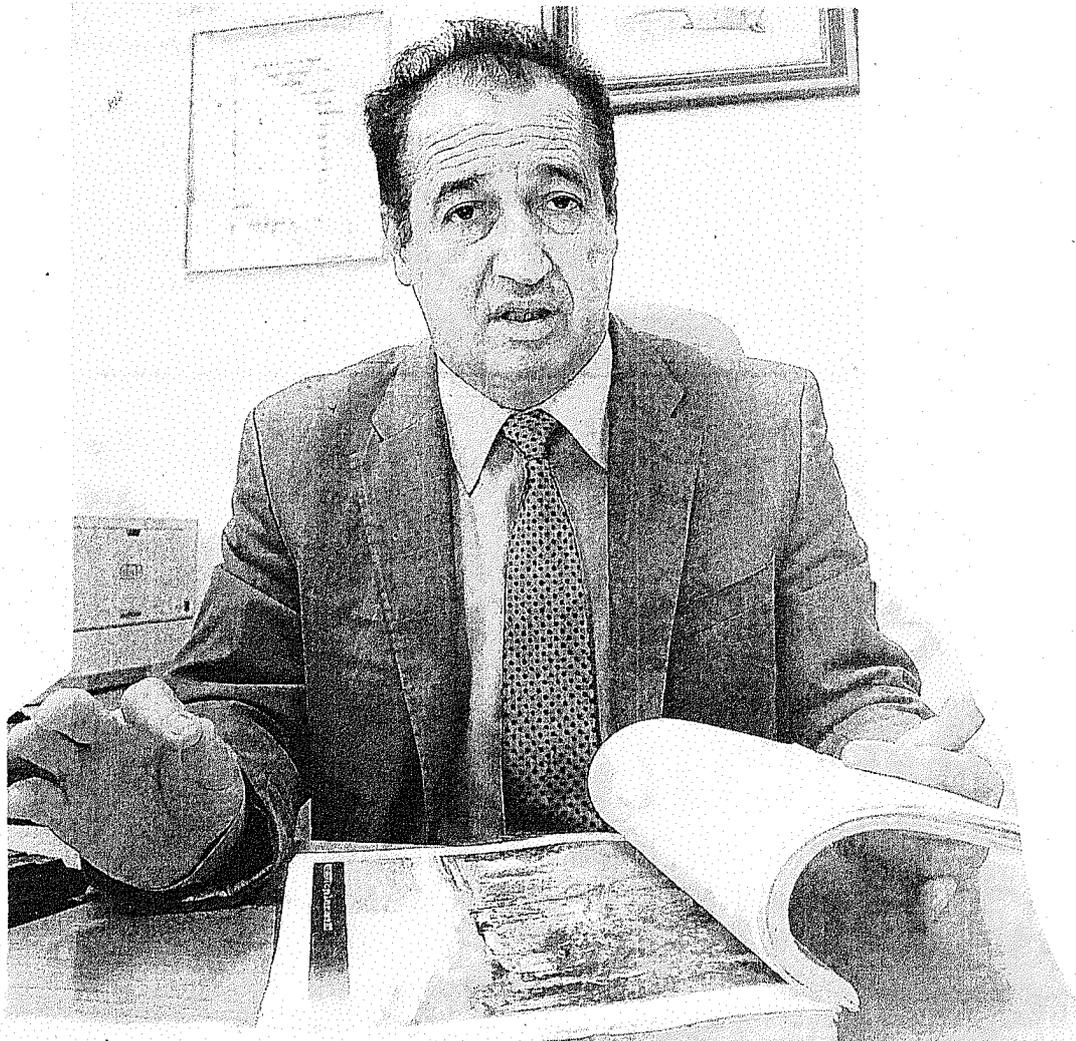
Porque o Brasil é um país movido a tsunamis. E o Supremo surfa na onda. O (ministro Edson) Fachin é uma pessoa corretíssima? Sem dúvida, todos são. O Janot também é. Mas acontece que a onda leva. Se você desmoraliza o político, quem vai aparecer é o vácuo. O MPF deveria fazer a depuração das delações: tem de ser fato criminoso corroborado com prova ou possibilidade efetiva de ser corroborado com prova.

**CONTINUA**

07 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO



**Crítica.** 'A Lava Jato tem centenas de situações e nenhuma divergência', diz Celso Três

### QUEM É

● Procurador da República em Novo Hamburgo (RS), onde atua desde 2011, Celso Antônio Três é especialista em crimes contra o sistema financeiro. No fim da década de 1990, foi um dos responsáveis pela descoberta, apuração e denúncia do caso Banestado, esquema de evasão de divisas por meio das contas CC5.

● A crítica está na generalização? Nos tiros que vão para todo lado. A culpa é um corpo inelástico. Se eu multiplico os responsáveis, eu não aumento a culpa de cada um. Eu diminuo a culpa de cada um. Di-

zer que todo mundo é responsável – 77 delatores, por exemplo – é uma falácia, não importa se é o Lula ou o Aécio Neves.

● Foi o próprio ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, que autorizou a divulgação dessas delações.

A Lei 12.850, que trata da colaboração premiada, diz que “o acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que recebida a denúncia”. Como estamos longe deste momento, está todo mundo descumprindo a lei, começando pelo Supremo.

● Como vê a relação entre o procurador-geral da República e a

força-tarefa sediada em Curitiba?

A Lava Jato não tem revisor, porque o procurador-geral abriu mão desse poder. Então é uma força-tarefa vertical, e não só horizontal. Isso é gravíssimo, porque o PGR tem o dever de revisar atos dos procuradores de primeiro grau – e isso não existe.

● Não há divergências, então?

A Lava Jato é um mar, que tem centenas de situações, e não tem nenhuma divergência. O procurador regional concorda com tudo. O procurador-geral concorda com tudo. Todo mundo concorda com tudo. Você não tem divergência. Do ponto de vista republicano, isso não é bom.

07 MAI 2017

O ESTADO DE S. PAULO  
COLUNA DO  
ESTADÃO

**Supremo deve recusar  
HC para Eduardo Cunha**

**C**riminalistas com clientes na Lava Jato consideram que, ainda que julgamentos de habeas corpus continuem na 2ª Turma do STF, a situação de Eduardo Cunha é mais complicada do que a dos demais réus. Por isso, ninguém aposta que poderá ser solto. A avaliação é de que, ao lado de Sérgio Cabral, ele é um dos últimos “troféus” da investigação. Ministros do STF acrescentam que a revolta popular seria maior do que ocorreu com a soltura de José Dirceu. Avaliam que a população tolera muitas coisas, mas não ameaças à continuidade da Lava Jato.

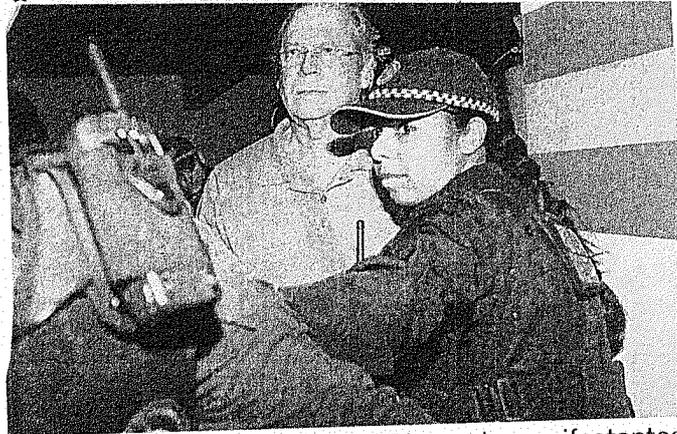
● **Apostas.** “O Palocci deve estar pensando: logo na minha vez?”, de um ministro da 1ª Turma do STF sobre a decisão que levou para o plenário o habeas corpus do ex-ministro, dando como certo que deve permanecer preso em Curitiba.

07 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## Analistas divergem sobre liberdade de Dirceu

REPERCUSSÃO



Brasília. Policial protege José Dirceu de manifestantes

Há quem considere que decisão do STF seja revés para Lava Jato; outros questionam uso de prisão preventiva

### Gilberto Amendola

O impacto na Lava Jato da decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, de revogar a prisão preventiva de José Dirceu, divide analistas. Para alguns, a liberdade concedida ao ex-ministro e a outros condenados pelo juiz Sérgio Moro pode ser considerada um revés para a força-tarefa, com reflexos nas delações premiadas. Outros questionam o uso da prisão preventiva na operação.

Para a jurista Janaina Paschoal, autora do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, há um processo de “desmerecimento” da Lava Jato. “Aparentemente, existe uma vontade de desconstituir o trabalho dos procuradores e da força-tarefa”, afirmou. Ela disse ainda que “não é comum” todas as teses de defesa serem aceitas pelos ministros do STF, como ocorreu nos votos favoráveis ao habeas corpus de Dirceu.

Segundo Janaina, o ministro Dias Toffoli, que “já foi funcionário de Dirceu”, não deveria participar do julgamento. Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski votaram pela revogação da prisão do petista.

O professor de Direito Penal do Mackenzie Orlando Sbrana afirmou que a liberdade de Dirceu pode trazer consequências para a Lava Jato. “A prisão preventiva servia para que José Dirceu não tivesse influência em delações e nesse processo de forma geral. Mesmo que ele não tenha contato com outros investigados, a simples soltura dele já traz consequências – vide a posição de Antonio Palocci, que já não parece mais disposto a delatar”, disse Sbrana.

**Divergências.** O professor de Direito Constitucional da PUC-SP Marcelo Figueiredo afirmou que o caso de Dirceu mostrou que o STF tem “diferentes interpretações” sobre prisões preventivas. “Como a votação foi apertada, a indicação do Supremo é de que existem dúvidas e diferentes interpretações. A prisão preventiva só deve ser tomada se existe algum risco de o infrator prejudicar a coleta de provas.”

O debate sobre prisões preventivas da Lava Jato divide o plenário do Supremo. Como mostrou o **Estado**, no entanto, o entendimento pela manutenção das detenções, defendida pelo relator dos casos na Corte, ministro Edson Fachin, tem maior chance de prevalecer entre os 11 ministros.

O professor de Direito da PUC-SP Luiz Guilherme Conci disse não concordar com a ma-

### Orlando Sbrana Professor do Mackenzie

“Mesmo que ele (Dirceu) não tenha contato com outros investigados, a simples soltura dele já traz consequências – vide a posição de Antonio Palocci, que já não parece mais disposto a delatar.”

### Luiz Guilherme Conci Professor da PUC-SP

“Claramente, as prisões preventivas no âmbito da Lava Jato têm como objetivo desestabilizar o preso até que ele decida aceitar a delação. Esse não é o espírito da lei. A prisão preventiva no Brasil acabou criando uma máquina de encarceramentos.”

### Janaina Paschoal Advogada

“Aparentemente, existe uma vontade de desconstituir o trabalho dos procuradores e da força-tarefa.”

neira com que as prisões preventivas são usadas. “Claramente, as prisões preventivas no âmbito da Lava Jato têm como objetivo desestabilizar o preso até que ele decida aceitar a delação. Esse não é o espírito da lei. A prisão preventiva no Brasil acabou criando uma máquina de encarceramentos”, afirmou.

Para Conci, um entendimento mais “garantista” em relação às prisões preventivas não pode ser acusado de prejudicar as investigações no País.

A professora de Direito da FGV-SP Heloísa Estellita segue a mesma linha. “É preciso ter muito cuidado com prisões preventivas. É uma excepcionalidade, não pode ter função de pena. Quando esse tipo de prisão é aplicada, como ainda não existe condenação, ela acaba se tornando a pena mais pesada do nosso sistema.”

07 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO COM DEPOIMENTO DE LULA, CURITIBA TERÁ 'INVASÃO'

Militantes, políticos e grupos contrários ao petista  
vão acompanhar oitiva com Sérgio Moro na quarta

**Elisa Clavery**

**M**ilitantes, movimentos independentes e políticos do PT se organizam para ir a Curitiba na quarta-feira, dia 10, quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva será interrogado pelo juiz federal Sérgio Moro. Marcado inicialmente para o dia 3, o depoimento foi adiado a pedido da Secretaria de Segurança do Paraná.

Lula é réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no caso do triplex do Guarujá, e terá o primeiro encontro com Moro numa oitiva.

O presidente do Diretório Municipal do PT em São Paulo (DMPT-SP), Paulo Fiorillo, disse que ainda não há um número fechado de coletivos que seguirão para a capital do Paraná. "Ainda estamos fechando o número de pessoas interessadas para providenciar o transporte."

Segundo Adilson Sousa, presidente eleito do diretório zonal Freguesia do Ó/Brasília do PT, os ônibus não serão ocupados exclusivamente por filiados da sigla. "Vamos para mostrar que movimentos sindicais, partidários e diversos setores da população não concordam com a judicialização da política", diz. Ele estima que 50 mil pessoas, de todo o País, devem ir a Curitiba.

**Divisão.** Nas redes sociais, grupos contrários ao ex-presidente também se organizam em eventos de protesto. Embora sem organização oficial, o Movimento Brasil Livre (MBL) informou que alguns de seus representantes estarão em Curitiba para fazer a cobertura da oitiva.

## • Sem eleição

"Nossa orientação é para evitar confusão (*durante o depoimento*) e não falar em eleição ou que o Lula é candidato."

**Gilberto Carvalho**

EX-MINISTRO DA SECRETARIA-GERAL  
DA PRESIDÊNCIA

Sousa acredita que será planejada uma divisão entre os grupos pró e contra Lula, o que ele avalia de forma negativa. "Acho muito ruim esse 'apartheid'. Quem tiver de protestar, que proteste, com respeito ao espaço de cada um, sem agressividade ou provocação", afirma. "É muito negativa essa ideia de 'eles contra nós'."

Dias depois de Moro marcar o interrogatório de Lula, em março, a curitibana e funcionária pública Melina Pugnaroni, de 32 anos, começou a organizar a ida de apoiadores do petista a Curitiba. Segundo ela, que não é filiada ao PT, houve campanha de crowdfunding na internet e venda de rifas para arrecadar fundos.

"Não necessariamente são pessoas filiadas. Me procuraram pelo Facebook, viram a movimentação que eu estava fazendo. O que eu fiz foi a ponte, entre quem organizava e os interessados", diz a curitibana, que afirma que o apoio será pacífico. "Foi jogado um clima de terror na população de Curitiba, no sentido de que as pessoas viriam para cá para aterrorizar a cidade. Não é verdade."

Melina estima que cerca de 40 ônibus seguirão de outros Estados de forma independente, e diz que alguns curitibanos abriram suas casas para os apoiadores que precisavam de lugar para ficar. "Eu vou receber quatro

pessoas", afirma ela, que ajudou a montar grupos no WhatsApp para aqueles que precisavam de carona.

Na internet, o grupo Frente Povo Independente arrecadou mais de R\$ 8,5 mil para custear dois ônibus por meio do site de financiamento coletivo Caters. Segundo Melina, foi feita também a campanha "Adotando um Militante", em que um apoiador pagava a ida do outro que não podia.

Em manifestação no Dia do Trabalhador, na Avenida Paulista, o Partido da Causa Operária (PCO) montou uma barraca para colher inscrições para a caravana, e faz o mesmo em seu site, por meio de um formulário online. Procurado pelo Estado, o partido não informou o número de inscrições feitas.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) disse que não está promovendo a organização de caravanas.

**Véspera.** Na véspera do depoimento de Lula, o petista e seus apoiadores vão participar de um culto ecumênico na Catedral Metropolitana de Curitiba. A expectativa é de que quase toda a direção nacional do PT, além de dezenas de deputados, senadores e ex-ministros dos governos petistas, devem ir para a capital paranaense em solidariedade ao ex-presidente.

No dia do depoimento, o PT vai promover debates políticos e atos culturais na frente da Justiça Federal do Paraná caso Sérgio Moro não aceite transmitir ao vivo o depoimento. Se houver a transmissão, os petistas vão instalar um telão no local.

A ordem é evitar confrontos e manifestações de caráter eleitoral. "Nossa orientação é para evitar confusão e não falar em eleição ou que o Lula é candidato", diz o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência Gilberto Carvalho. / COLABOROU RICARDO GALHARDO

07 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO COM DEPOIMENTO DE LULA, CURITIBA TERÁ 'INVASÃO'

Militantes, políticos e grupos contrários ao petista  
vão acompanhar oitiva com Sérgio Moro na quarta

**Elisa Clavery**

**M**ilitantes, movimentos independentes e políticos do PT se organizam para ir a Curitiba na quarta-feira, dia 10, quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva será interrogado pelo juiz federal Sérgio Moro. Marcado inicialmente para o dia 3, o depoimento foi adiado a pedido da Secretaria de Segurança do Paraná.

Lula é réu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no caso do triplex do Guarujá, e terá o primeiro encontro com Moro numa oitiva.

O presidente do Diretório Municipal do PT em São Paulo (DMPT-SP), Paulo Fiorillo, disse que ainda não há um número fechado de coletivos que seguirão para a capital do Paraná. "Ainda estamos fechando o número de pessoas interessadas para providenciar o transporte."

Segundo Adilson Sousa, presidente eleito do diretório zonal Freguesia do Ó/Brasília do PT, os ônibus não serão ocupados exclusivamente por filiados da sigla. "Vamos para mostrar que movimentos sindicais, partidários e diversos setores da população não concordam com a judicialização da política", diz. Ele estima que 50 mil pessoas, de todo o País, devem ir a Curitiba.

**Divisão.** Nas redes sociais, grupos contrários ao ex-presidente também se organizam em eventos de protesto. Embora sem organização oficial, o Movimento Brasil Livre (MBL) informou que alguns de seus representantes estarão em Curitiba para fazer a cobertura da oitiva.

## • Sem eleição

"Nossa orientação é para evitar confusão (*durante o depoimento*) e não falar em eleição ou que o Lula é candidato."

**Gilberto Carvalho**

EX-MINISTRO DA SECRETARIA-GERAL  
DA PRESIDÊNCIA

Sousa acredita que será planejada uma divisão entre os grupos pró e contra Lula, o que ele avalia de forma negativa. "Acho muito ruim esse 'apartheid'. Quem tiver de protestar, que proteste, com respeito ao espaço de cada um, sem agressividade ou provocação", afirma. "É muito negativa essa ideia de 'eles contra nós'."

Dias depois de Moro marcar o interrogatório de Lula, em março, a curitibana e funcionária pública Melina Pugnaloní, de 32 anos, começou a organizar a ida de apoiadores do petista a Curitiba. Segundo ela, que não é filiada ao PT, houve campanha de crowdfunding na internet e venda de rifas para arrecadar fundos.

"Não necessariamente são pessoas filiadas. Me procuraram pelo Facebook, viram a movimentação que eu estava fazendo. O que eu fiz foi a ponte, entre quem organizava e os interessados", diz a curitibana, que afirma que o apoio será pacífico. "Foi jogado um clima de terror na população de Curitiba, no sentido de que as pessoas viriam para cá para aterrorizar a cidade. Não é verdade."

Melina estima que cerca de 40 ônibus seguirão de outros Estados de forma independente, e diz que alguns curitibanos abriram suas casas para os apoiadores que precisavam de lugar para ficar. "Eu vou receber quatro

pessoas", afirma ela, que ajudou a montar grupos no WhatsApp para aqueles que precisavam de carona.

Na internet, o grupo Frente Povo Independente arrecadou mais de R\$ 8,5 mil para custear dois ônibus por meio do site de financiamento coletivo Catar-se. Segundo Melina, foi feita também a campanha "Adotando um Militante", em que um apoiador pagava a ida do outro que não podia.

Em manifestação no Dia do Trabalhador, na Avenida Paulista, o Partido da Causa Operária (PCO) montou uma barraca para colher inscrições para a caravana, e faz o mesmo em seu site, por meio de um formulário online. Procurado pelo **Estado**, o partido não informou o número de inscrições feitas.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) disse que não está promovendo a organização de caravanas.

**Véspera.** Na véspera do depoimento de Lula, o petista e seus apoiadores vão participar de um culto ecumênico na Catedral Metropolitana de Curitiba. A expectativa é de que quase toda a direção nacional do PT, além de dezenas de deputados, senadores e ex-ministros dos governos petistas, devem ir para a capital paranaense em solidariedade ao ex-presidente.

No dia do depoimento, o PT vai promover debates políticos e atos culturais na frente da Justiça Federal do Paraná caso Sérgio Moro não aceite transmitir ao vivo o depoimento. Se houver a transmissão, os petistas vão instalar um telão no local.

A ordem é evitar confrontos e manifestações de caráter eleitoral. "Nossa orientação é para evitar confusão e não falar em eleição ou que o Lula é candidato", diz o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência Gilberto Carvalho. / COLABOROU RICARDO GALHARDO

07 MAI 2017

## O ESTADO DE S. PAULO



**Cidade ganha outdoor contra ex-presidente**

Outdoor instalado em uma rua da capital paranaense a favor da força-tarefa da Lava Jato e em protesto contra o ex-presidente Lula, que deve chegar a Curitiba na vés-

pera do depoimento a Sérgio Moro e participar de ato ecumênico na catedral da cidade. "A República de Curitiba te espera de grades abertas", diz a peça.

07 MAI 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

**Lava Jato.** Promotoria já instaurou quatro inquéritos com base nas delações da Odebrecht nesta semana; obras do Metrô, estradas e Rodoanel Sul estão na mira

# MP vai investigar Haddad e aliados de Alckmin em SP

Fabio Serapião / BRASÍLIA  
Fabio Leite

O Ministério Público do Estado de São Paulo deu início à instauração de uma série de inquéritos para investigar os crimes apontados por executivos e ex-executivos da Odebrecht nos acordos de colaboração firmados com a Procuradoria-Geral da República. Entre outros, serão investigados o ex-prefeito da capital Fernando Haddad (PT), integrantes do governo Geraldo Alckmin (PSDB) – o governador é alvo de pedido de inquérito no Superior Tribunal de Justiça (STJ) –, deputados estaduais e ex-diretores de estatais.

Na mira da promotoria estão obras nas linhas 2, 4, 5 e 6 da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), um emissário submarino da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), o Trecho Sul do Rodoanel e a Rodovia Carvalho Pinto, ambas tocadas pela Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa), além de uma rodovia construída pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e uma obra não especificada pelos delatores da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU).

No caso de Haddad, os investigadores querem saber se a Odebrecht obteve vantagens junto à Prefeitura durante a gestão do petista (2013-2016) ao efetuar repasses via caixa 2 para sua campanha. O Estado apurou que ao

• Delações  
**24,6 milhões**

foram pagos em propina entre 2009 e 2010 a intermediários de Serra, Márcio Fortes, ex-tesoureiro do PSDB e então presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), segundo a delação da Odebrecht

menos quatro procedimentos preparatórios para instauração dos inquéritos civis haviam sido protocolados até anteontem. Os promotores pretendem instaurar todos os inquéritos até a próxima sexta-feira.

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), enviou o conteúdo das delações para o Ministério Público Federal. Por isso, o órgão estadual ainda deverá pedir o compartilhamento das informações. Por enquanto, para a abertura das investigações, os promotores se valem do conteúdo divulgado na internet.

O Ministério Público paulista discute ainda a criação de um Núcleo de Atuação Integrada no Combate à Corrupção (NAICC) para centralizar as investigações relacionadas à Lava Jato nos âmbitos criminal e cível (mais informações na pág. A5).

**Delações.** Ao todo, oito executivos da Odebrecht delataram pagamentos ilícitos envolvendo obras do governo paulista. Em

seis casos, os delatores detalham o esquema e apontam quem teriam sido os operadores e destinatários finais dos recursos, todos oriundos do Setor de Operações Estruturadas da empresa, conhecido como “departamento de propina”.

No caso da Linha 2-Verde do Metrô, por exemplo, há menção a pagamentos para os ex-diretores Sérgio Brasil, Luiz Carlos Frayze David e Décio Tambelli, e a um consultor que atuaria junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Ainda no Metrô, Sérgio Brasil também teria recebido R\$ 500 mil para modificar um edital da Linha 6-Laranja em 2013. Desse contrato, que é uma Parceria Público-Privada (PPP) assinada pelo consórcio Odebrecht-Queiroz Galvão com o governo Alckmin, teriam saído R\$ 6,8 milhões destinados ao atual secretário estadual de Planejamento, Marcos Monteiro, para a campanha à reeleição do governador Alckmin, em 2014. Mais R\$ 1,5 milhão está atribuído a um contrato de construção de emissário submarino na Praia Grande, assinado com a Sabesp. O ex-diretor da estatal e hoje deputado federal João Paulo Papa (PSDB-SP) teria levado R\$ 300 mil. Monteiro e Papa negam ter recebido pagamentos.

**CONTINUA**

# 07 MAI 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Essas três obras aparecem em planilha entregue à Lava Jato pelo ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Júnior, o BJ, que admitiu ter autorizado pagamentos de propina a partir de 2008. Ele ainda cita projetos da EMTU e da Linha 4-Amarela do Metrô como fontes de repasses ilícitos, mas ficou de fornecer ao MPF detalhes sobre as operações e os nomes dos beneficiários. No caso da Linha 2, BJ cita também que o contrato assinado pela Odebrecht “foi utilizado para pagamento de futuras campanhas políticas do PSDB”.

BJ e outros seis executivos da empreiteira também delataram propina envolvendo as obras do Trecho Sul do Rodoanel e um acordo para que o governo do Estado pagasse uma dívida de R\$ 191,6 milhões com a Odebrecht, ambas durante o governo José Serra (2007-2010). Nos dois casos, o agente público citado pelos delatores é o ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza, que nega as acusações.

**Deputados.** Seis deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo serão investigados com base nas citações dos delatores da Odebrecht. Fernando Capez (PSDB), Barros Munhoz (PSDB), Roberto Massafera (PSDB), João Paulo Rillo (PT), Luiz Fernando Teixeira Ferreira (PT) e Campos Machado (PTB) são citados nas delações como beneficiários de propina.

Na lista, há dois ex-presidentes da Assembleia Legislativa. Capez é suspeito de receber, por meio de uma ONG, R\$ 100 mil. O outro é Munhoz, que, segundo delatores da Odebrecht, recebeu R\$ 50 mil por meio de caixa 2 para campanha eleitoral. /

**COLABOROU BEATRIZ BULLA**

08 MAI 2017

BEMPARANÁ

# Curitiba vive tensão pré-confronto Lula x Moro

Justiça proíbe acampamentos; Juiz pede que apoiadores evitem protestos;

A dois dias do depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao juiz federal Sérgio Moro, marcado para quarta-feira, Curitiba vive a tensão do risco de confronto entre os aliados do petista e os apoiadores do magistrado que comanda o processo da Lava Jato. Temendo conflitos, o próprio Moro veio à público no final de semana para pedir, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os defensores da operação evitem manifestações no dia da audiência.

A pedido da prefeitura, a juíza Diele Denardin Zydek proibiu a montagem de acampamentos e outros tipos de estruturas fixas em locais públicos, praças e ruas da Capital paranaense entre a noite de hoje e às 23 horas de quarta-feira. Segundo ela, a previsão das autoridades é de que aproximadamente 50 mil pessoas sejam mobilizadas para manifestações na cidade, o que exigiria a interdição. Na decisão, a magistrada estipulou multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da determinação.

As restrições incluem a circulação de pedestres nas proximidades da sede da Justiça Federal, no bairro do Ahú, onde acontecerá o depoimento do petista. Como já havia sido anunciado na semana passada, somente moradores e veículos cadastrados poderão circular pela região no período. No sábado, a PM começou a cadastrar os moradores de imóveis vizinhos à sede da Lava Jato.

MST promete mobilizar 20 mil

CERCO

50  
mil

manifestantes são esperados em Curitiba para o depoimento de Lula

**Risco** - A prefeitura alegou que o pedido foi feito para manter a ordem pública, pois caso a ocupação dos locais próximos à Justiça Federal aconteça, a segurança da população daquela região estaria comprometida, uma vez que haveria "ameaça de violência iminente" entre os manifestantes. Na ação, a prefeitura cita o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros que teriam intenção de ocupar espaços públicos da cidade nos dias do depoimento de Lula.

"Da análise da situação concreta e diante do interesse público envolvido, principalmente no tange à garantia do funcionamento com segurança do Poder Judiciário, a segurança dos próprios manifestantes e dos moradores do entorno do Fórum da Justiça Federal, necessária a limitação parcial do acesso às imediações do Justiça Federal", concordou a juíza no despacho.

"O direito de manifestação não se confunde com a possibilidade de ocupação de bens públicos ou particulares, sendo certo que, diante do elevado número de pessoas envolvidas, muito embora seja obstada a ocupação de ruas e praças públicas, é salutar que o requerente, juntamente com os movimentos indicados na peça inaugural, negocie soluções a fim de garantir o direito de manifestação, com as limitações ora deferidas", afirmou a magistrada.

**Apelo** - Em vídeo divulgado nas redes sociais, Sérgio Moro solicitou aos simpatizantes da operação que não compareçam a Curitiba e que os moradores da cidade também evitem as manifestações em favor da Lava Jato nesse momento. "Eu tenho ouvido que muita gente que apoia a Operação Lava Jato pretende vir a Curitiba manifestar esse apoio", disse o juiz. "Eu diria o seguinte: esse apoio sempre foi importante, mas, nessa data, ele não é necessário", argumentou.

"A minha sugestão é: não venha, não precisa. Deixe a Justiça fazer o seu trabalho, tudo vai ocorrer com normalidade. Eu espero que todos compreendam", apelou o magistrado.

CONTINUA

08 MAI 2017

## BEMPARANÁ

### CONTINUAÇÃO

**Mobilização** - A Central Única dos Trabalhadores (CUT) disse que não está promovendo a organização de caravanas, mas distribuiu a organização das carreatas entre os sindicatos que a compõem. Cerca de 30 ônibus sairão do grande ABC em São Paulo. O líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, disse que o grupo pretende levar 20 mil militantes a Curitiba na quarta-feira. Segundo Stédile, maior parte dos participantes será do Paraná, onde o movimento reúne 20 mil famílias.

08 MAI 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Moro pede que manifestantes não vão à audiência com Lula

Juiz divulgou vídeo dizendo que quer evitar “confusão e conflito”

 O juiz federal Sérgio Moro divulgou na noite de sábado um vídeo em que pede para que manifestantes não compareçam à Justiça Federal em Curitiba nesta quarta-feira (10), quando estão sendo marcados protestos por ocasião do depoimento no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao magistrado.

“Tenho ouvido que muita gente que apoia a Operação Lava Jato pretende vir a Curitiba manifestar esse apoio, ou pessoas mesmo de Curitiba pretendem vir aqui manifestar esse apoio... eu digo o seguinte: este apoio sempre foi importante, mas nessa data ele não é necessário”, afirma o magistrado no



Moro: “Este apoio sempre foi importante, mas nessa data ele não é necessário”

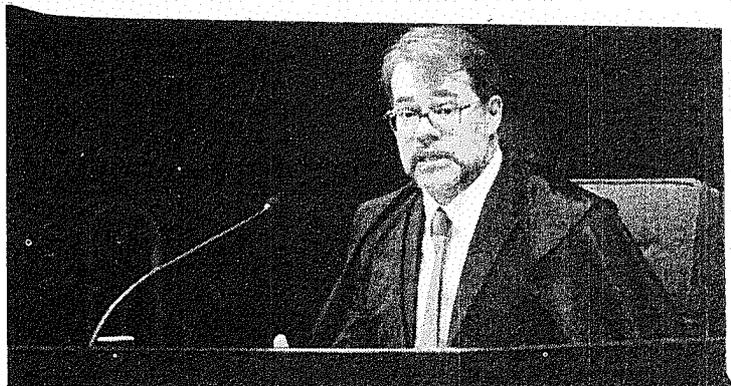
vídeo que foi publicado na página do Facebook mantida por sua mulher, Rosângela Wolff Moro.

Grupos de simpatizantes do ex-presidente e de defesa da Lava Jato planejam se aglomerar nas proximidades do fórum, mas a Secretaria de Segurança Pública do Paraná montará um bloqueio em um raio de 150 metros em torno do prédio, e apenas jornalistas credenciados e moradores da região poderão passar pelos policiais. “Tudo que queremos evitar nessa data é uma confusão e conflito, e acima de tudo não quero que ninguém se machuque em eventual discussão ou conflito nesta data, por isso minha sugestão é: não venha”, disse Moro. ●

## Toffoli vai relatar pedidos de liberdade da Lava Jato

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli será o relator dos novos pedidos de liberdade baseados na decisão que libertou o ex-ministro José Dirceu. Os recursos foram encaminhados para o gabinete de Toffoli pelo fato de o ministro ter proferido o primeiro voto a favor da soltura, na semana passada.

Com a mudança, os pedidos de liberdade de acusados que foram citados no processo envolvendo Dirceu serão julgados por Toffoli, e não pelo relator da Lava Jato no Supremo, Edson Fachin. A



Toffoli proferiu o primeiro voto a favor da soltura de José Dirceu

mudança foi justificada pelo STF com base no regimento interno da Corte. A norma diz que o relator será substituído

pelo ministro que proferiu o primeiro voto divergente para julgar questões posteriores ao julgamento. ●